



(TRANSCRIÇÃO)

A SRA. MEDIADORA – (CARLA ROCHA SOUSA) - Boa noite. Boa noite a todos e todas os presentes aqui hoje. Nós vamos dar início à nossa audiência pública em respeito a todos todas que chegaram pontualmente, e a nossa tolerância foi de 15 minutos. Àqueles que ainda não encontraram um local, procurem se assentar. Percebem que tem uma coluna para quem está aqui ao lado de fora, e se essa coluna não vai atrapalhar a visão de vocês para a tela, tem mais espaços internos para que possam buscar e visualizar melhor o telão.

Estão presentes hoje aqui, e agradecemos a presença do vereador Edgar do Esporte, seja muito bem-vindo, vereador. Daremos agora início à nossa audiência pública.

O Governo do Estado do Espírito Santo, por Meio do Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos, o IEMA, realiza a audiência pública para o processo de licenciamento ambiental da ampliação da área da atividade de extração de rocha para produção de brita da empresa Brasitália, agregados para construção Ltda., no município de Cariacica, Estado do Espírito Santo, onde irão ser apresentados seus impactos e as alternativas tecnológicas junto às partes interessadas, devendo também coletar opiniões e críticas para fundamentar a tomada de decisão a respeito da viabilidade ambiental do empreendimento.

Os processos aos quais nos referimos são de n.º 2544078 relacionado à extração de n.º 37332929 relacionado ao beneficiamento.

Eu sou a Carla Rocha Sousa, sou Agente de Desenvolvimento Ambiental e Recursos Hídricos do IEMA. Meu suplente nesta audiência hoje é o senhor Joder Torres do Vallis, Coordenador de Mineração e também representante do IEMA, a quem convoco a esta Mesa.

Por favor, senhor Joder, seja muito bem-vindo.

Como Secretário, o Franz Schubert Sathler Alves Ambrósio, e convocamos também à Mesa o senhor Loreto Zanotto, representante da Brasitália Agregados para Construção Ltda., e a representante da consultoria, senhora Tânia Evangelista.

Muito obrigada à presença de ambos. Fiquem à vontade.

(Tomam assento à Mesa os referidos convidados)

Rapidamente, eu vou falar as regras da audiência pública para que todos possam se sentir mais confortáveis em relação ao processo que vamos vivenciar aqui hoje.

O desenvolvimento da audiência pública terá a seguinte dinâmica. Nós faremos uma breve apresentação do IEMA sobre o que é o processo de licenciamento ambiental para que todos os participantes tenham noção desse envolvimento nessa audiência. Logo mais terá a apresentação da empresa e do processo, a Brasitália Agregados para Construção Ltda., onde o responsável pelo empreendimento, seguido da apresentação do Estudo de Impacto Ambiental, onde a responsável pela consultoria fará um tempo de 50 minutos. Logo mais teremos um intervalo para o lanche, e em seguida, quando do retorno desse lanche, nós faremos para o debate com perguntas orais e perguntas escritas.

Todos vocês, no início, na entrada, receberam um flyer com as regras da audiência e uma proposta para uma pergunta escrita, onde a equipe de apoio está disponível para recebê-las e depois passar à Mesa. Também podem se escrever para perguntas orais com a mesma equipe de apoio.

São 19h20min, onde daremos início à leitura para o bom andamento da audiência pública.

Todas e todos que se encontram nesta audiência deverão assinar a lista de presença. A duração desta audiência deverá ser de 3 horas e pode ser prorrogada por mais 30 minutos conforme a quantidade de perguntas encaminhadas à mesa.

Os interessados em formular perguntas escritas ou orais deverão preencher a ficha de perguntas disponível na recepção, como já dito.

As inscrições para as perguntas escritas e perguntas orais serão encerradas 30 minutos após o lanche. Após todas as perguntas escritas encaminhadas à Mesa terem sido respondidas, será aberto espaço para a realização das perguntas orais. Cada participante terá o tempo de 2 minutos para a pergunta. O componente da Mesa é quem se referir à pergunta por sua vez disporá de 3 minutos para dar a sua resposta. A depender da quantidade de perguntas recebidas, a Mediadora poderá alterar a dinâmica do debate.

Somente serão respondidas perguntas que tratarem do empreendimento em discussão nesta audiência pública.

Não haverá debate sobre outros assuntos, como os impactos de outros empreendimentos e outros projetos.



Não haverá momento para se votar pela aprovação ou rejeição do empreendimento ou projetos discutidos nesta audiência pública.

A ata transcrita desta audiência pública estará à disposição no site do IEMA, devidamente anexada à lista de presença e das perguntas feitas por escrito durante a mesma, a partir do dia 12 de dezembro de 2025, ou seja, após 10 dias úteis contados a partir de hoje, em www.iema.es.gov.br.

Apresentamos agora a equipe técnica do Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos, responsável pela análise deste processo de licenciamento ambiental.

Nós vamos apresentar agora a equipe do IEMA.

A audiência pública é consultiva e participativa.

Neste papel, a senhora e todos aqui presentes poderão colocar a opinião. Apesar de estar escrito pergunta, pode ser colocada toda e qualquer resposta. Inclusive, utilizando o verso do papel ou até mesmo qualquer outro tipo de papel. **(Pausa)**

Sim, todos estão à vontade para fazer a inscrição das perguntas escritas e perguntas orais. Retornando, nós agora precisamos apresentar a equipe do licenciamento ambiental do Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos. O senhor coordenador deste estudo, Daniel Xavier Moulin, por favor.

O senhor Bruno Mosa Mação, por favor. A senhora Aline Christ Dalmasio, por favor. A senhora Aline Pitol Chagas, por favor. E a Mediadora, também responsável pela mediação, está presente na análise deste estudo. E como representante, o senhor Joder Torres do Vallis, também responsável pela coordenação da equipe de mineração e representante do IEMA.

Passamos agora à apresentação do IEMA a respeito da participação pública.

Bom, acho que vai ficar mais claro a todos a partir do momento em que nós apresentarmos o que estamos fazendo aqui hoje. Se tiver qualquer dúvida, eu peço que ao final da apresentação os senhores levantem a mão para que possamos responder.



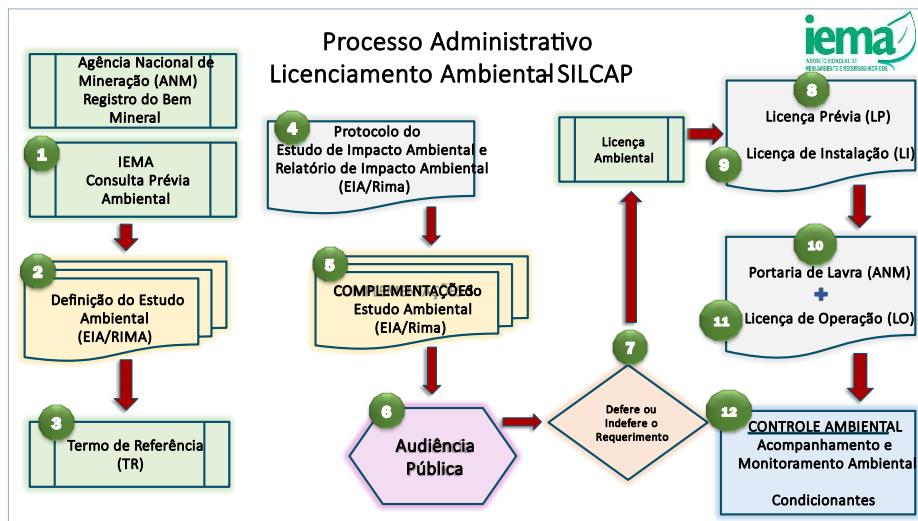
AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

- Empreendimentos = expectativas;
- Potenciais mudanças de qualidade de vida;
- Momento importante para a inclusão da sociedade no **Processo de Tomada de Decisão - PTD**.



Em toda audiência pública, de certa forma, se torna um lugar em relação a expectativas, tanto positivas quanto negativas. Essas expectativas serão todas esplanadas conforme a participação de vocês.

Qualquer empreendimento, quando instalado, também gera potenciais mudanças de qualidade de vida, tanto negativas quanto positivas. Nós vamos abordar todas essas questões dentro do estudo de impacto ambiental. E que momento é esse que estamos vivendo aqui? O IEMA, ele, não só o IEMA, mas todo órgão ambiental competente dentro da legislação ambiental, tem os fóruns de participação e consulta para tomada de decisão.



E esse processo, apesar de ser complexo, ele tem algumas formas consagradas e onde nós estamos, para que todos possam entender. No caso, nós estamos trabalhando com empreendimento relacionado à mineração. Toda e qualquer mineração no país precisa solicitar à Agência Nacional de Mineração o registro desse bem mineral, para que possa realizar junto ao órgão ambiental competente a consulta prévia.

Nessa consulta prévia, o órgão ambiental competente, no caso o IEMA, ele avalia que tipo de estudo é o mais adequado e necessário ao que se pleiteia quanto ao empreendimento. No caso, nós identificamos a necessidade de um estudo de impacto ambiental e de um relatório de impacto ambiental. Quando se faz um estudo de impacto ambiental, nós elaboramos um Termo de Referência onde ali estão dispostos todos os itens exigidos pelo órgão ambiental para que possa avaliar a viabilidade ambiental deste empreendimento, para que, quando do protocolo do estudo, se todos vocês quiserem de alguma forma consultar, está na biblioteca do IEMA, mas também na mesa lateral, onde temos o EIA e o RIMA, o estudo de impacto ambiental. Claro que todo estudo de impacto ambiental, pós-protocolado e analisado por esta equipe que eu apresentei, não tem, a rigor, tudo o que precisamos. A gente não dá nota 10 logo de primeira. Se exige muito mais detalhamento e dúvidas que possam ter surgido da análise. Daí nós levamos as complementações. No caso, este estudo realizou essas complementações, entregou essas



complementações ao IEMA para que somente assim pudéssemos chegar na etapa que estamos hoje, na audiência pública.

Esse momento é crucial, é a metade do processo. Quando chegamos à audiência pública, nós vamos retirar daqui todas aquelas condições manifestadas por vocês. E não só neste momento, onde manteremos o intervalo de 10 dias para que possam encontrar nos canais de atendimento do IEMA, eu vou disponibilizar ao final, e-mail, telefone, outras formas que possam protocolar e até perguntar aquilo que não ficou claro no momento de hoje, para que o órgão ambiental possa tomar a decisão pelo deferimento, aprovação ou indeferimento do protocolo de licença ambiental requerida pelo empreendedor.

Neste requerimento, nós estamos condicionados, se aprovado o empreendimento, a uma licença prévia, onde tem as condições ou condicionantes necessárias ao cumprimento para que possamos encaminhar a Licença de Instalação. Nesta Licença de Instalação, o empreendedor ainda precisa realizar uma série de condicionantes ambientais durante todo o processo de instalação, onde os técnicos do IEMA farão todo um controle ambiental e acompanhamento desse processo, para que assim, ainda assim, possa entregar de fato a licença de operação, que ela só é possível junto à Portaria de Lavra concedida pela Agência Nacional de Mineração, a Agência de Regulação, para que possamos de fato iniciarmos o processo produtivo, a qual o empreendedor iniciou com requerimento na primeira etapa. É um processo longo, é um processo difícil, é um processo criterioso.



Na sequência, eu quero colocar a vocês que a Licença Ambiental é um instrumento, um instrumento de acompanhamento da viabilidade ambiental do empreendimento, que não deixa de ser um ato administrativo, pelo qual o órgão competente estabelece as condições, restrições e as medidas de controle ambiental, que deverão ser obedecidas pelo empreendedor de forma a prevenir ou mitigar os impactos. Como colocado anteriormente, a Licença Prévia, ela é a fase inicial. O empreendedor ainda não pode fazer nada, porque a licença prévia tem algumas condicionantes muitas relacionadas a controle ambiental como proposição para que seja emitida a Licença de Instalação, onde entram a fase de detalhamento dos projetos, o projeto executivo, programas, planos, onde o órgão ambiental de fato analisa se a efetividade desses controles ambientais serão reais para que o processo de instalação aconteça. Não é quando da Instalação que a efetividade desses controles vão acontecer, mas o programa de controle de efetividade tem que ser apresentado para que a Licença de Instalação seja dada. E a Licença de Operação, ao longo dos anos, é aperfeiçoada a partir dos controles ambientais propostos que podem ser mudados.



PARTICIPAÇÃO PÚBLICA NO PROCESSO DE AVALIAÇÃO DE IMPACTO AMBIENTAL (AIA)

- A Participação Pública é estimulada em diversos países durante o processo de **Avaliação de Impacto Ambiental (AIA)**, e tem como objetivo principal informar a sociedade das possíveis alterações em seu meio ambiente.
- No Espírito Santo, a participação pública no processo de licenciamento ambiental **tem caráter informativo e consultivo**, servindo de subsídio para o **Processo de Tomada de Decisão - PTD** do órgão ambiental competente, no caso o IEMA.



iema
Instituto Estadual de Meio Ambiente
e Recursos Hídricos

Mas bem, onde ficam todos nós? Enquanto sociedade, enquanto comunidade nesse processo? Nós estamos na metade dele, onde a participação pública é necessária quando dá avaliação de impacto ambiental. Essa participação aqui no Espírito Santo tem esse caráter Informativo para a tomada de decisão do IEMA. E ela se dá de diversas formas. A audiência pública é uma delas. Existe a consulta pública ao termo de referência, existe a publicação do requerimento de licença em jornais de grande circulação no Estado do Espírito Santo. Audiências públicas eu já coloquei, além das reuniões e consultas. Os Conselhos municipais e estaduais de Meio ambiente também é um fórum de discussão e participação em relação aos empreendimentos. E as Comissões de Acompanhamento de Condicionantes Ambientais, que é uma das maiores inovações do Brasil, iniciada pelo IEMA, pelo órgão ambiental estadual competente, onde a comunidade e vários outros interessados podem acompanhar esse controle ambiental e a efetividade desses controles ambientais.



 GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos
Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos - IEMA

 Participe!

Gerência de Controle e Licenciamento de Saneamento, Infraestrutura e Mineração - GSIM
Coordenação de Mineração - CM

@ participacaopublica@iema.es.gov.br
www.meioambiente.es.gov.br



Daí a nossa necessidade de envolver para que essa participação seja qualificada e seja de fato responsável por mudanças efetivas. Por quê? Porque nós teremos, a partir de um Decreto n.º 4039/2016, no artigo 56, até 10 dias para trazer outros desdobramentos que partiram dessa audiência pública, que é o início desse processo ante a comunidade, ante a sociedade.

Logo, vocês terão a oportunidade de procurar a sede do IEMA, onde teremos condições de protocolar os documentos que vocês puderem protocolar, e no e-mail; participacaopublica@iema.es.gov.br. Esse slide eu vou deixar ao final e na hora do intervalo para que vocês possam anotar, ok? Esse slide aqui, que tem os contatos do IEMA.

Bom, eu só tinha isso para falar nesse momento para que agora pudéssemos iniciar com a apresentação do representante da Brasitália, agregado para a construção, LTDA, e responsável pela empresa, o senhor Loreto Zanotto.

Por favor, senhor Loreto.



Brasitália

Data da fundação: 11 de Outubro de 1974

A Brasitália fez 50 anos em 2024

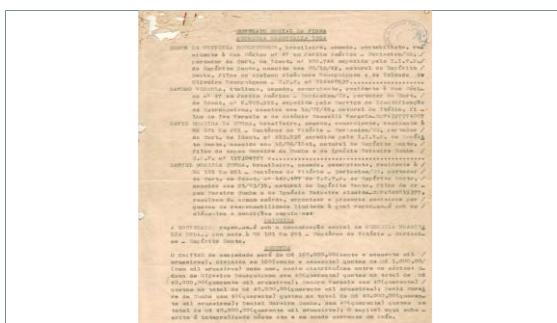
O SR. LORETO ZANOTTO – (EMPREENDEDOR) - Boa noite a todos. Meu nome é Loreto Zanotto. Eu estou na Brasitália há 47 anos.

Perdão? Gostaria que essas interrupções fossem acrescidas no tempo, viu, Carla? Muito bem. 47 anos e há 45 anos estou à frente do empreendimento, com muito orgulho e com muito trabalho.

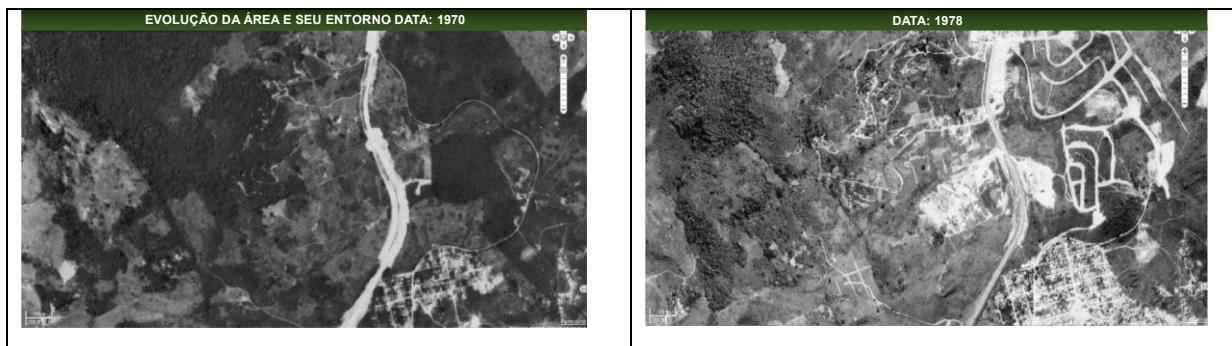
Eu vou apresentar a empresa, que está aqui na região há 50 anos, na verdade, e para vocês conhecerem melhor aquilo que a empresa é, o que a gente faz. Está bem? Então, vamos lá.

Brasitália Agregados para a Construção Ltda.

Data de fundação, 11 de outubro de 1974. A Brasitália fez 50 anos em 2024.



Um pouco de história. Bom todo mundo conhecer. Primeiro contrato social da empresa, 1974, 11 de outubro. Alvará de licença, um dos primeiros. Não é o primeiro, mas é um dos primeiros, 16/78.



Bom, uma visão de satélite da época da região. Certamente todo mundo que está aqui, se forem moradores, dificilmente se lembram dessa época, porque ninguém estava aqui nessa época. Eu sei, nem todos, mas dificilmente. Dificilmente, nem todos, poucos. Poucos estavam. Então, a região era essa, 1970.

Nós não temos uma fartura de fotos da época, porque a gente tentou, mas não foi fácil. Aqui nós temos uma foto de 78, infelizmente só. Em 78, a Brasitália já estava operando há quatro anos.

Aqui nessa mancha branca. Em volta, ainda não tinha nada constituído, salvo essa região aqui de Itanguá, lá embaixo. O Valverde, onde nós estamos aqui, nós estamos aproximadamente agora nessa região aqui. Tinha alguma coisa traçada, alguma rua, mas não tinha ainda vestígio de edificações, só para contextualizar.

Aí nós temos uma foto de 98, onde a expansão já começou a alavancar. 1978, empresa já bem consolidada, com as frentes de exploração. E aqui o Nova Valverde, já avançando bem. 2007, não mudou muito. 2025, momento atual. Empresa e bairros aqui na frente.

Indústrias de agregados para construção civil

As indústrias de Agregados para construção civil (Pedreiras) são as empresas que produzem PEDRA BRITADA "BRITA" E São classificadas no Brasil como atividades de "INTERESSE SOCIAL".

O QUE É EMPRESA DE INTERESSE SOCIAL.....

E empresa que em virtude dos produtos que ela produz serem considerados como **DE RELEVANTE IMPORTÂNCIA SOCIAL**, por ser eles imprescindíveis ao desenvolvimento Habitacional / social / Da Infraestrutura Urbana e Industrial / das Vias Públicas e privadas / dos portos e aeroportos / das edificações residências e públicas,estas são as Razões pelas quais as produtoras de pedra britada são assim consideradas.

Tendo em vista a alta demanda destes produtos EM TODA A CADEIA DA CONSTRUÇÃO, O BAIXO CUSTO/PREÇO dos mesmos no seu destino final é **DE SOBREMANEIRA IMPORTANTE PARA FACILITAR** a toda e qualquer espécie de obra, pois Um custo elevado no destino final SERIA UM GRANDE INIBIDOR AO DESENVOLVIMENTO SOCIAL e ao bem estar coletivo.

Por esta razão, AS PRÓDUTORAS DE AGREGADOS NO BRASIL em quase sua totalidade estão inseridas no contexto urbano das cidades.

Um pouco de conhecimento sobre a indústria de agregado, produtores de brita a nível nacional. Acho que é informação interessante.

As indústrias de agregado para construção civil são as empresas que produzem pedra britada, Brita, são classificadas no Brasil como atividades de interesse social. O que é empresa de interesse social? É empresa que, em virtude dos produtos que ela produz, serem considerados como de relevante importância social, por serem eles imprescindíveis ao desenvolvimento habitacional, social, da infraestrutura urbana e industrial, das vias públicas e privadas, dos portos, aeroportos, das edificações residenciais e públicas.

Por essas razões, são as quais as produtoras de pedra britada são assim consideradas, Empresas de utilidade pública.

Tendo em vista a alta demanda desse produto em toda a cadeia da construção, o baixo custo dos mesmos em seu destino é de muito grande importância para facilitar a toda e qualquer espécie de obra, pois um custo elevado no destino final seria um grande inibidor ao desenvolvimento social e ao bem-estar coletivo.

Por essas razões, as produtoras de agregado no Brasil, em quase sua totalidade, estão inseridas no contexto urbano das cidades. Não é só a Brasitália que está dentro de um contexto urbano. 90% ou mais estão todas dentro do contexto urbano.



Vamos lá, uma olhada rápida.

São Paulo, região metropolitana. Pedreira Imbu, pedreira gigantesca. Ali, o entorno dela.

Rio de Janeiro, Pedreira Esam, também uma grande pedreira, a cidade do Rio de Janeiro, Baixada Fluminense na porta.

Pedreira Riúma, também São Paulo, região metropolitana, gigantesca ali a cidade, toda em volta dela.

Serobrita, Seropedica, Rio de Janeiro, pedreira aqui. Ela está, ela detona 500 metros da prefeitura. Conheço essa empresa.

Essa daí eu não conheço, não conhecia, mas eu tomei conhecimento.

Mineração Santiago, Minas Gerais. Está cercada a trezentos e sessenta graus, está operando atualmente. Só para ter noção da realidade do setor.



INFORMAÇÕES SOBRE O EMPREENDIMENTO

Atualmente a Brasília é a maior e a melhor produtora de pedra britada do ES, e responsável pelo abastecimento de aproximadamente 60% do mercado da Grande Vitória com aprox. 2.500.000 toneladas de produtos britados comercializados em 2024.

Localização e acesso, todo mundo sabe, de qualquer maneira, a Rodovia Governador Mário Covas, Km 293, Estrada do Contorno, município de Cariacica.

Vamos lá, alguma informação sobre empreendimento. Atualmente, a Brasília é a maior e a melhor produtora de pedra britada do Espírito Santo e é responsável pelo abastecimento de aproximadamente 60% do mercado da Grande Vitória. Com aproximadamente 2,5 milhões de toneladas de produtos britados e comercializado em 2024.

A missão da empresa, essa é a missão da empresa.

Produzir e entregar agregados para a construção civil dentro dos mais rigorosos padrões exigidos pelas normas técnicas vigentes, em harmonia com a natureza, com as comunidades do entorno e com o bem-estar social dos nossos colaboradores.

Então, o bem-estar com as comunidades está dentro da missão da Brasília.

Está na missão, é uma missão.

PONTOS FORTES DA EMPRESA

A SEGURANÇA, no trabalho; a **OPERAÇÃO**; a **SUSTENTABILIDADE**; o a **QUALIDADE**; e a **EVOLUÇÃO TECNOLOGICA**.

A SEGURANÇA: segurança em primeiríssimo lugar, no trabalho e na operação. Possuímos equipe formada por engenheiro e técnicos para a supervisão constante das operações da empresa, da saúde física e mental dos funcionários, e de todos os processos produtivos da empresa, sempre atenta a otimizar, melhorar e minimizar bem como prevenir os riscos inerentes a nossa atividade.

DE SUMA IMPORTÂNCIA Também assegurar SEGURANÇA TOTAL as operações de desmonte que envolvem materiais explosivos, onde dependendo das situações PODEM acontecer problemas com lançamento de fragmentos. Em relação a isto, em nossa operação esta possibilidade é reduzida a ZERO, pois a Brasitalia direciona o desmonte para locais absolutamente seguros, e por possuir grandes distâncias dos locais de detonação aos locais habitados mais próximos, sem considerar o auxílio da tecnologia hoje muito avançada, pois permite garantir o CONTROLE ABSOLUTO DA DETONAÇÃO.

Pontos fortes da empresa.

Segurança no trabalho, na operação, sustentabilidade e a qualidade e a evolução tecnológica.

Segurança. Segurança em primeiro lugar, no trabalho e na operação. Possuímos equipe formada por engenheiro e técnico para a supervisão constante das operações da empresa. Da saúde física e mental dos funcionários, de todos os processos produtivos da empresa, sempre atenta a otimizar, melhorar e minimizar, bem como prevenir os riscos inerentes à nossa atividade.

De suma importância, é assegurar segurança total às operações de desmonte que envolvem materiais explosivo, onde, dependendo das situações, podem acontecer problemas com o lançamento de fragmentos.

Em relação a isso, em nossa operação, esta possibilidade é reduzida a zero. Pois a Brasitalia direciona o desmonte para locais absolutamente seguros e possui grandes distâncias dos locais de detonação aos locais habitados mais próximos. Sem considerar o auxílio da tecnologia, hoje muito avançada, pois permite garantir o controle absoluto da detonação.

Como é que é?

É, e aqui na 101, e aqui na 101 morre 50 mil todo ano.

Ah, preste atenção. Vim falar uma bobagem dessa? Ah, companheiro!

Sustentabilidade.

Meu amigo, eu não conheço a sua provisão...

A SRA. MEDIADORA – (CARLA ROCHA SOUSA) - Nós vamos perder mais tempo do que vocês imaginam porque essas questões colocadas dessa forma não serão registradas. Então, não é muito válido esse tipo de manifestação.

Façamos as manifestações no momento adequado. Tudo será levado em consideração no momento adequado.

O senhor, por favor, pode dar continuidade, faltando 10 minutos.

A SUSTENTABILIDADE Trabalhar para ser SUSTENTÁVEL é trabalhar na busca do equilíbrio em toda a operação e em todas as relações: A Brasitália trabalha buscando sustentabilidade em todas as áreas e relações, sendo as principais:

Área ambiental, atuamos com foco e responsabilidade, adotando práticas que minimizam e/ou até eliminam sempre que possível os efeitos negativos da operação, promovemos constantemente melhorias e soluções eficientes às problemáticas inerentes à atividade.

Ética e transparéncia mantemos relações baseadas na honestidade, na clareza e no cumprimento das normas legais e ambientais sempre atentos e disponíveis às demandas, seja do poder público, bem como da comunidade no entorno.

Qualidade: Investimos continuamente na melhoria dos nossos processos produtivos, visando proporcionar melhores condições de trabalho aos colaboradores, investimos em equipamentos de última geração para reduzir os custos da produção, melhorar a qualidade do Ar, dos produtos e a produtividade

O SR. LORETO ZANOTTO – (EMPREENDEDOR) - Sim, descontando essa entrada, por favor.

Sustentabilidade. Trabalhar para ser sustentável e trabalhar na busca do equilíbrio em toda a operação.

Em todas as relações a Brasitália trabalha buscando sustentabilidade em todas as áreas e relações, sendo as principais:

Ambiental. Atuamos com foco e responsabilidade, adotando práticas que minimizam ou até eliminam, sempre que possível, os efeitos negativos da operação. Promovemos constantemente melhorias e soluções eficientes às problemáticas inerentes à atividade.

Ética e transparéncia. Mantemos relações baseadas na honestidade, na clareza e no cumprimento das normas legais e ambientais sempre atentos e disponíveis às demandas, seja do poder público, bem como da comunidade e do entorno.

Qualidade. Investimos continuamente na melhoria do nosso processo produtivo visando proporcionar melhores condições de trabalho aos colaboradores. Investimos em equipamento de última geração para reduzir os custos de produção. Melhorar a qualidade do ar, dos produtos e a produtividade.

Valorizar as pessoas. Nossa maior patrimônio humano. Investimos na capacitação, respeito e valorização das equipes.

Relacionamento com a comunidade. Mantemos o diálogo aberto, direto e sem barreiras. Damos total preferência na contratação dos colaboradores nas regiões próximas.

Inovação e melhoria contínua. Somos um setor de empresas que mais inova e renova seu parque produtivo. Apostamos sempre em tecnologia de última geração e as melhores práticas para tornar nossas operações cada vez mais eficientes, seguras e limpas.



Bom, alguma imagem da nossa área ambiental, da nossa Cortina em volta da empresa. Exatamente aqui na frente, uma Cortina está sendo desenvolvida, essa outra, tudo extremamente bem arborizado. É uma imagem da empresa. Dentro da empresa, nós temos essa paisagem. Estamos dentro da empresa.

Não, como assim, desmatamento... Não, hoje, essa foto é de hoje.

É atual, essa foto. Essa foto é agora. Não era, não, é agora.

É atual. Bom, se é feio ou bonito, cada um... Feio ou bonito, cada um tem a sua opinião.



Qualidade. Nossa laboratório, nós fazemos controle de qualidade dos nossos produtos.

Valorização das pessoas, treinamentos.

Inovação e melhoria contínua. Trabalhamos com equipamentos de ponta.

O PAPEL SOCIAL E ECONÔMICO DA EMPRESA	TECNOLOGIA E MEDIDAS DE CONTROLE AMBIENTAL
<p>A Brasitália tem um papel importante para o Município, para o Estado e para as comunidades ao redor. Nós geramos aproximadamente 250 empregos diretos de qualidade, e uma quantidade muito maior de indiretos, damos preferência na contratação de fornecedores e prestação de serviços locais. Através da nossa operação movimentamos a economia local e contribuímos com altos recolhimento de impostos que em 2024 somaram o valor de R\$ 16.791.164,46 recolhidos aos cofres públicos os quais retornam em benefícios para a coletividade.</p>	<ul style="list-style-type: none">Aspersão de água (aspersores nas correias, britadores, e outros pontos de emissão), para contenção de particulado;Umecação das vias com caminhões pipa de grandes dimensões;Barreiras vegetais (cortina de eucalipto já implantada e outras que virão);Enclausuramento do britador primário;Implantação de barreira de contenção contra o vento em pilhas de materiais onde ocorre alta geração de particulados;Implantação de usina produtora de energia solar, (ENERGIA LIMPA)

Papel social e econômico da empresa.

A Brasitália tem um papel importante para o município, para o Estado e para as comunidades. Nós geramos aproximadamente 250 empregos diretos de qualidade, uma quantidade muito maior de indiretos. Damos preferência na contratação de fornecedores e prestadores de serviços locais.

Através da nossa operação, movimentamos a economia local e construímos com alto recolhimento de impostos, que em 2024 somaram o valor de R\$ 16.791.164,00 recolhidos aos cofres públicos, os quais retornam em benefício para a coletividade.

Tecnologia e medida de controle ambiental. Aspersão de água. Umecação das vias com cabelo de pipa de grandes dimensões. Barreiras vegetais e enclausuramento do britador primário. Implantação de barreiras de contenção contra o vento.

Implantação na usina polidora de energia solar.



Aspersão de água. Aqui, alguma foto de água umectando o processo.

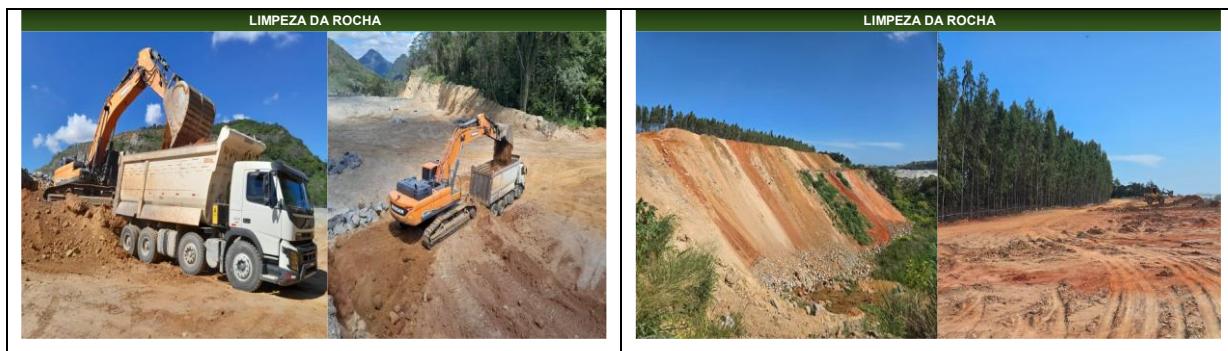
Umectação das vias.

Barreiras vegetais, nós já vimos.

Enclausuramento do britador primário, uma máquina principal onde acontece a primeira fragmentação, totalmente clausurado, recentemente.

Barreira de proteção contra o vento. Isso aqui é uma coisa nova, bem recente. Foi terminado, esses dias, num ponto de emissão, num ponto grande de emissão. Isso é um experimento. Ele der certo, vai se repetir em outros pontos de emissão.

Implantação da usina produtora de energia solar, que foi contratada para a gente poder gerar energia limpa, para diminuir, contribuir com a diminuição do CO₂. O ano que vem, se Deus quiser, nós vamos estar gerando uma parte da energia própria.



Processos produtivos.

Cinco minutos. Vai dar certo.

Tudo começa na limpeza da rocha. A rocha é limpa.

Depósito dos produtos de limpeza de rocha. Furação com perfuratriz hidráulica, perfuratriz de furo.

E agora, o famigerado desmonte.

Muito bem. Fiz questão de que vocês vissem.

E aí, o produto final. O material desmontado. Ali, material desmontado.

Carregamento do material, transporte. Britador. Britador primário.

Britagem, produtos acabados.

Carregamento dos materiais acabados.

Uma operação grande assim, precisa de uma oficina muito bem estruturada.

Nossa oficina é muito bem estruturada. Caldeiraria.

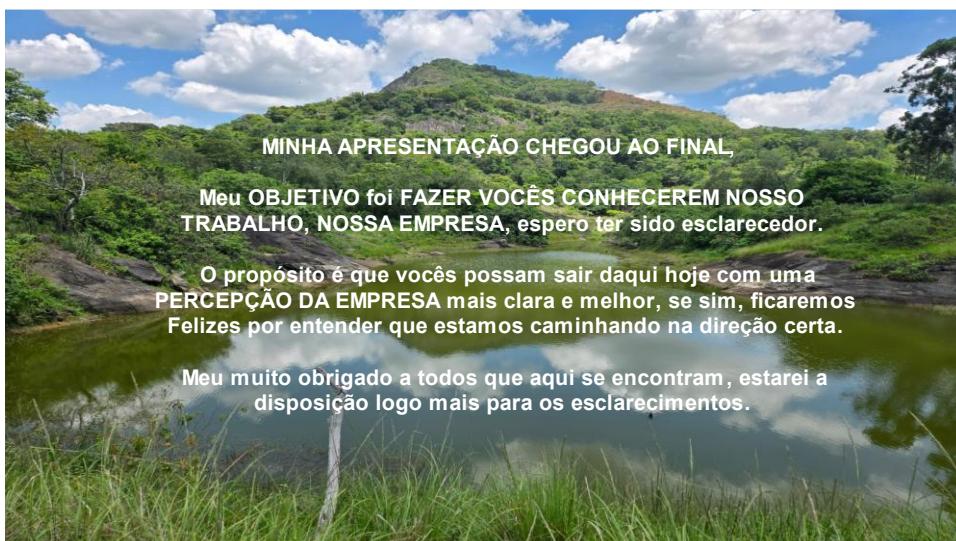
Parte administrativa. Expedição; Pesagem.

E... Minha apresentação chegou ao final, por antecipação de tempo.

A SRA. MEDIADORA – (CARLA ROCHA SOUSA) - Senhor Loreto, só um minuto.

Pessoal, todas as perguntas terão seu momento. Todas. Ninguém vai sair daqui sem resposta! Mesmo que não seja agora. Mas nós vamos responder a todas as perguntas. Esse não é o momento, porque eles têm apenas 45 minutos.

Senhor Loreto, eu peço ao senhor que finalize em um minuto.



O SR. LORETO ZANOTTO – (EMPREENDEDOR) - Estou dentro do tempo ainda. Sim?

Era essa foto, senhora? A última. (**Pausa**)

Ali? A manta é depois disso.

O lonamento é depois disso. Ele estava na foto, mas devido ao tempo... Mas depois disso que é o lonamento.

Minha apresentação chegou ao final. Meu objetivo foi fazer vocês conhecerem o nosso trabalho, nossa empresa, e espero ter sido esclarecedor.

O propósito que vocês possam sair daqui hoje com uma percepção da empresa mais clara é melhor.

Se sim, ficaremos felizes por entender que estamos caminhando na direção certa. Meu muito obrigado a todos que aqui se encontram. Estarei à disposição logo mais para os esclarecimentos.

Muito obrigado, desculpe alguma coisa e terminei.

A SRA. MEDIADORA – (CARLA ROCHA SOUSA) - Muito obrigada, senhor Loreto Zanotto, pela apresentação.

São 19h54min. Eu peço que a representante da Crenac Consultoria, a consultoria responsável pela elaboração do Estudo de Impacto Ambiental e do Relatório de Impacto Ambiental, possa apresentar os principais resultados EIA-RIMA.



A SRA. TÂNIA MARIA EVANGELISTA – (CONSULTORIA) – Boa noite a todos.

Meu nome é Tânia Maria Evangelista. Eu sou engenheira geóloga, sou engenheira de minas e mestre em Engenharia Ambiental. Sou Gerente da empresa responsável pela elaboração do EIA-RIMA e também coordenei a equipe técnica de elaboração.

Bom, o nosso objetivo no estudo foi identificar os impactos decorrentes das atividades, os atuais, porque a atividade já existe há décadas, e também identificar os possíveis impactos gerados com a ampliação, propor as medidas mitigadoras, compensatórias, potencializadoras no caso de impacto positivo.

Nós buscamos, com o nosso estudo, apresentar um resumo das características do empreendimento, os procedimentos passíveis de licenciamento, as medidas ambientais propostas e a avaliação geral da gestão ambiental executada pela empresa.

O método de lavra é um método de lavra a céu aberto, o outro é subterrâneo, onde o desenvolvimento é feito através de bancadas ascendentes que formam paredões com altura de 15 a 20 metros e de inclinação de 8 a 10 graus.

PLANO DE FOGO (LINHA SILENCIOSA)

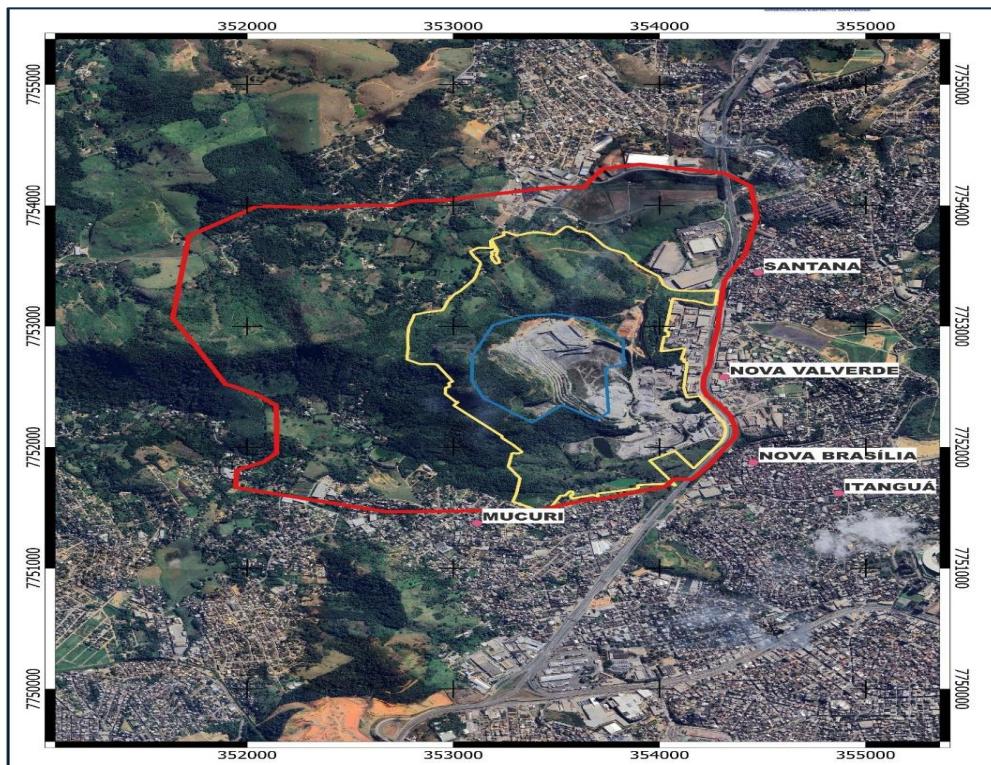


Esse desmonte de rocha é feito com o uso de explosivo. Toda essa atividade com o uso de explosivo demanda de um rigor técnico bem complexo através de um planejamento que se chama Plano de Fogo. O Plano de Fogo só pode ser elaborado por profissional devidamente habilitado, neste caso, engenheiro de minas ou blaster.

Este Plano de Fogo compõe todas as variáveis da detonação, desde o número de furos, diâmetro, profundidade, quantidade de explosivo, volume de rocha a ser desmontada, enfim, ele prevê todas as possibilidades com cálculos técnicos e científicos. Ele também detém da linha silenciosa, que é uma tecnologia industrial usada na mineração e ela é destinada a fazer um controle melhor dessa operação da seguinte forma. Ela nos propõe micro tempos entre uma detonação de um furo e outro.

Então, existe uma sequência. Com a linha silenciosa, nunca um furo vai detonar ao mesmo tempo que o outro.

Apesar de ser imperceptível aos nossos olhos, a detonação ocorre furo a furo. Isso permite o controle da vibração, menor ruído, menor emissão de poeira e evita a projeção de rocha de pedra. Essa é a linha silenciosa.



Para o Estudo de Impacto Ambiental, tradicionalmente, são determinadas três áreas de influência.

Essas áreas são importantes porque elas avaliam a influência do empreendimento de diferentes formas. Então, nós temos as três áreas.

Primeiro, a ÁREA DIRETAMENTE AFETADA, que é essa área em azul, é onde ocorre, literalmente, a extração que tem a bancada, que tem o desmonte e as instalações operacionais ligadas a essa atividade, onde ocorre o impacto imediato.

No nosso estudo, nós determinamos que essa área é a área exata, hoje licenciada, que perfaz 50 hectares.

A outra área é a ÁREA DE INFLUÊNCIA DIRETA, que é essa área em amarelo. Ela recebe a influência direta dos impactos, tais como tráfego de caminhões, ruído, alteração da paisagem e ela está na área de contorno imediato da ÁREA DIRETAMENTE AFETADA.

No nosso estudo, foi selecionada exatamente a área da propriedade da empresa, que perfaz hoje 221 hectares, que é a área que a gente está pleiteando para o licenciamento.

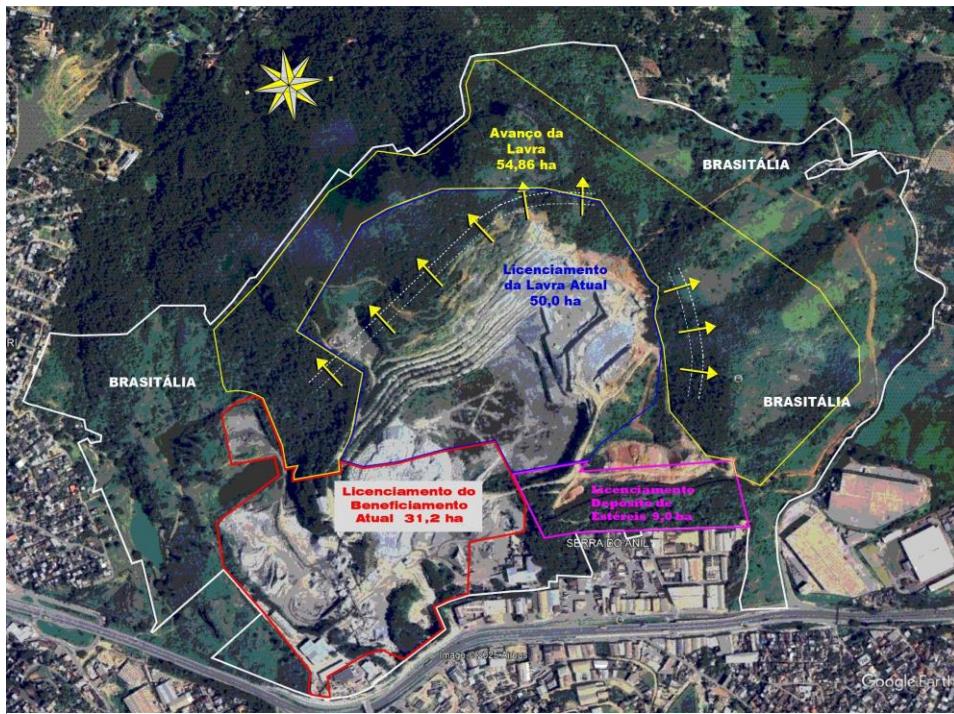
E nós temos ainda a Área de Influência Indireta, que é essa área em vermelho, é uma área maior, ela não recebe o impacto, propriamente dito, da atividade, ela pode ser influenciada indiretamente por essa atividade, mas ela é importante para que a análise dos impactos seja feita de forma geral e mais efetivas.

Nesse estudo, como a área é muito montanhosa e predominantemente rochosa, nós delimitamos através do relevo e das microbacias de três córregos da região, o Piranema, Cachoeira e Montanha.

E essa área perfaz um total de 423 hectares.

Como Meio Socioeconômico, que é o que envolve as pessoas, as comunidades de entorno, a área de influência direta foi determinada pelos baios Santana, Nova Valverde, Nova Brasília, Itanguá, Vila Capixaba, Mucuri e Alto Mucuri, e ainda as propriedades rurais confrontantes.

Como Área de Influência Indireta do Meio Socioeconômico, foi utilizado o município de Cariacica.



Eu acho importante ressaltar essa imagem, apesar que o Loreto já apresentou, para ressaltar o seguinte. A área que está sendo pleiteada para ampliação é uma área de 221 hectares. Porém, a área efetivamente de avanço de lavra é essa em amarelo.

Então, do que nós temos hoje, de 50 hectares, vai aumentar mais 54,86 hectares. Ou seja, aqui vai ser o avanço da lavra.

Tânia, vai aumentar o impacto? Não, não vai aumentar o impacto. O que nós vamos ter é uma migração dessas bancadas ao longo do maciço rochoso.

Eu achei importante trazer isso aqui, porque a Área de Influência Direta contém também o beneficiamento, a área de depósito de terra, infraestruturas, oficinas, etc.



Os impactos do Meio Físico.

A emissão de poeira e geração de gases é um impacto importante nessa atividade. Não existe mineração sem esse impacto. E a empresa tem quatro caminhões-pipas para mitigar esse impacto.

Um fica de sobressalente, três são utilizados da seguinte forma. Num dia comum, onde o vento está normal, na direção normal, são utilizados dois caminhões-pipas. Um na parte baixa, nas instalações, e outro na frente de lava, propriamente dita, e nas vias de acesso.

Nesses dias normais, cada caminhão perfaz em torno de 18 a 20 viagens. Num dia atípico, com o vento mais intenso, esse controle é feito visualmente, onde a gente percebe maior emissão de poeira, a gente coloca um terceiro caminhão, ou às vezes até um quarto, para mitigar esse impacto.

Na parte de beneficiamento, esse impacto é mitigado através dos aspersores, que são instalados nas correias transportadoras e nos gritadores.

A empresa vem trazendo novas tecnologias de mitigação desse impacto. Uma delas, o Loreto já apresentou, é recente, foi enclausurar o britador primário, que era uma fonte importante de emissão de poeira. Ele foi totalmente enclausurado, reduziu significativamente a emissão neste ponto.

Então, está aqui uma visão dentro do enclausuramento e uma visão geral.

Uma outra medida que o Loreto também já apresentou é em cima dessa pilha de pedrilhos. Ela fica numa direção onde o vento fatalmente leva essa poeira para o bairro Mucuri.

Então, optou-se por fazer uma barreira física para que esse material, essa poeira, possa ser contida dentro dos limites da lavra.

Outra medida também adotada foi a implantação de uma cortina vegetal composta de eucalipto. Ela foi implantada em cima do depósito de terra. Ela também, além de auxiliar o controle da poeira, ela também tem o objetivo de fazer uma melhora visual.

E uma outra medida que a gente também adota é, quando possível, preservar as vegetações que elas têm a mesma função que a barreira.

2) VIBRAÇÕES E RUÍDOS <ul style="list-style-type: none">Plano de fogo “linha silenciosa”;Horários pré-estabelecidos de detonações e avisos sonoros;Manutenção periódica de máquinas e equipamentos;Monitoramento periódico de ruídos e vibraçõesCanais de comunicação com as comunidades próximas		 
CONTROLE DAS VIBRAÇÕES E RUÍDOS		

Ruídos e vibrações.

Esse impacto começa a ser mitigado lá no planejamento, no Plano de Fogo, onde a gente busca sempre a melhoria desse e a linha silenciosa vem auxiliar de forma bastante interessante esse processo.

Todas as detonações têm horários e dias pré-estabelecidos e são antecedidos de avisos sonoros.

Nós fazemos também a manutenção de equipamentos, utilizando também equipamentos novos para diminuir o ruído.

Todos os fogos, todas as detonações são monitoradas. A empresa tem dois sismógrafos para isso.

Os canais de comunicações, eles são mantidos, onde a comunidade pode se manifestar e se manifesta.

Aqui está um exemplo de um sismógrafo. Esse planejamento de medição das vibrações e do ruído é feito da seguinte maneira. A gente determina, em função da direção do fogo, ou seja, bancada, volume de explosivo, e a gente vai fazendo essa medição ao longo dos bairros, para que a gente tenha uma visão geral de como está se propagando esse impacto.

2) VIBRAÇÕES E RUÍDOS



É importante mostrar que, hoje, a situação da Lavra é muito mais interessante do que era em 2020, 2021. Em 2020, por exemplo, havia um paredão rochoso aqui e o fogo era direcionado para esse sentido. As ondas emitidas pelo explosivo, que são as ondas sísmicas, fatalmente se propagam ao longo do solo e provocavam um incômodo muito maior à comunidade do que provoca hoje, e eu vou explicar por quê. Hoje, a direção dos fogos, elas estão para dentro do maciço, isso é comprovado cientificamente. Dentro da rocha, dentro da rocha. Essa onda é absorvida pela rocha e é transformada em energia de quebra. Isso pode ser verificado nos nossos monitoramentos.

Nessa situação, uma variável que mede a quantidade de vibração, que é a velocidade da partícula, aqui ela ficava em torno de 16, 17, 19 ml/s, o limite permitido pela legislação é 50 ml/s. Nessa situação, nós estamos entre 4 e 5 ml/s.

Em relação ao barulho, que é a pressão atmosférica, aqui ficava em torno de 120, 123. Nessa situação, a gente está em 108 e 109.

Então, a própria direção da evolução da lavra já ajudou e contribuiu muito na mitigação desse impacto.



A contaminação do solo e dos recursos hídricos, ela geralmente ocorre pelos efluentes industriais e domésticos. A empresa tem oficinas, que têm piso impermeabilizado, são cobertas, e tem sistema de tratamento, que são sistemas separadores de água e óleo.

Ela tem também dois abastecimentos que também são cobertos e tem o sistema separador de água e óleo. Os seus efluentes, que são os esgotos, são tratados pela fossa-filtro, sumidouro.

Os resíduos são gerenciados através de um Plano de Gerenciamento de Resíduos que foi elaborado segundo a legislação pertinente e foi aprovado pelo IEMA. Foi construída uma Central de Gerenciamento de Resíduos, onde foram dispostas baias e os resíduos são separados e armazenados temporariamente nessas baias, para que possam ser destinados adequadamente.

Para que isso possa acontecer, ele tem que ser segregado nos setores. Então, cada setor recebe os recipientes adequados para a separação desses resíduos. E para que isso aconteça, a gente tem que promover a mudança de consciência.

Então, são feitos treinamentos nos nossos colaboradores para que eles entendam a necessidade e a importância de separar os resíduos.



Impactos no Meio Biótico.

A supressão de vegetação e a alteração da paisagem.

Destinação ecologicamente correta da vegetação suprimida, essa só pode ser suprimida com autorização do IDAF, que é o órgão responsável por isso.

Afugentamento da fauna, redução qualquantitativa do ambiente do animal.

Mortalidade da fauna, alteração do comportamento da fauna.

Isso vai ser mitigado, deve ser mitigado, é uma sugestão que sejam incluídos nos planos de educação ambiental, tanto para a comunidade quanto para os trabalhadores da empresa.

Fazer o resgate da fauna antes da supressão.

Restringir o acesso às áreas de vegetação para que a morada do animal possa ser preservada.

Utilizar máquinas e veículos em bom estado de conservação e dando boa manutenção para evitar o ruído que faz o afugentamento da fauna.



Os programas de proteção à fauna.

Restrição de acesso às áreas de vegetação, já comentei;

Programa de supressão de vegetação;

Programa de redução de risco de atropelamento e proibição de caça;

Programa de resgate à fauna. O principal objetivo desse programa é evitar a mortalidade de animais.

IMPACTOS NO MEIO SOCIOECONÔMICO

1) Expectativa da População

- Implementar Programa de Comunicação Social
- Informar previsão de mão de obra a ser contratada e/ou mantida
- Esclarecer os cuidados ambientais adotados no processo extrativo

2) Emprego e Renda

- Contratação preferencial de trabalhadores residentes em Cariacica e entorno

3) Tributos e Dinamização da Economia

- Contratação preferencial de trabalhadores e serviços no próprio município
- Compra de insumos e materiais no comércio local, sempre que possível

No Meio Socioeconômico, a Expectativa da população pode ser bem mitigada pela implantação do plano de comunicação social, que tem esse papel de fazer esse intercâmbio da empresa com a comunidade.

Informar a previsão de mão de obra contratada e ou mantida.

Esclarecer os cuidados ambientais adotados do processo extrativo.

Na geração de emprego e renda. Contratação preferencial dos trabalhadores residentes em careias ricas e na área de entorno.

Geração de tributos e dinamização da economia.

Contratação dos trabalhadores da área de entorno; Compra de insumos materiais no comércio local sempre que possível, sempre que tiver.

Sistema viário e risco de acidente. Aprimorar o plano de transporte e carga; Instalar placas de sinalização na rodovia de contorno e aí a empresa. Treinamentos periódicos e reciclagens de motoristas e operadores de máquina. Respeitar o limite legal de cargas e vias das vias de estradas.

E interferência no cotidiano da população. Incentivar o relacionamento respeitoso com a comunidade através do diálogo diário de segurança.

Implementar um plano de transporte de carga para reduzir o incômodo no trânsito.

Manter as medidas de controle e monitoramento de poeira, ruído e vibração.

PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Objetivo Geral

Sensibilização, conscientização e transmissão de conhecimentos à comunidade do entorno do empreendimento.

Tais conhecimentos referem-se à:

- qualidade de vida;
- uso racional da água e combate ao desperdício;
- coleta e destinação adequada do lixo;
- importância das áreas verdes;
- cuidado com os espaços públicos;
- aspectos relacionados à saúde pública.

Plano de Educação Ambiental para a comunidade. A função é sensibilizar, conscientizar e transmitir conhecimentos da comunidade em relação ao meio ambiente. Como por exemplo, qualidade de vida, uso racional da água e combate ao desperdício, coleta e destinação adequada do lixo, importância das áreas verdes, cuidado com os espaços públicos, aspectos relacionados à saúde pública.

Programa de comunicação social.

Objetivo, esclarecer à população as questões relacionadas à operação da empresa.

Qualidade do ar, ruído, vibração, mudanças na paisagem, emprego e renda.

Promover o diálogo transparente com as comunidades do entorno.

Mitigar impactos negativos e potencializar os positivos fortalecendo o relacionamento com a população.

Informar as comunidades sobre o empreendimento e suas consequências sociais, econômicas e ambientais.

Informar vagas de emprego priorizando moradores locais.

Comunicar os programas ambientais da empresa e manter os canais que já existem de integração entre empresa e comunidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As medidas de controle e mitigação implementadas pela empresa para a redução da emissão de poeira têm se mostrado eficazes para minimizar significativamente esse impacto, sendo continuamente aprimoradas por meio da adoção de novas tecnologias e boas práticas operacionais.

O aperfeiçoamento do plano de fogo, aliado ao planejamento adequado do avanço das frentes de lavra e ao monitoramento contínuo das operações, contribui significativamente para a segurança operacional, além de reduzir os níveis de ruído e vibração gerados pelas detonações.

A vegetação local é formada por fragmentos em distintos estágios de regeneração. A supressão vegetal, quando necessária, é realizada exclusivamente mediante autorização emitida pelo IDAF (Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do Espírito Santo), conforme a legislação vigente.

A fauna regional é predominantemente composta por espécies adaptadas a ambientes já alterados, típicas de áreas antropizadas e capazes de ocupar ecossistemas com diferentes níveis de perturbação.

Considerações Finais. As medidas de controle e mitigação implementadas pela empresa para redução de emissão de poeira têm se mostrado eficazes para minimizar significativamente esse impacto, sendo continuamente aprimoradas por adoção de novas tecnologias e boas práticas operacionais.

Aqui eu ressalto que as três novas medidas enclausuramento do primário, barreira na pilha e a cortina vegetal foi uma iniciativa da empresa, não foi exigência de nenhum órgão ambiental.

O aperfeiçoamento do Plano de Fogo aliado ao planejamento adequado aos avanços da lavra, como a gente viu, e o monitoramento contínuo das operações, contribui significativamente para a segurança operacional, além de reduzir os níveis de ruído e vibração geradas pelas detonações.

A vegetação local é formada por fragmentos de distinto estágio de regeneração.

A supressão vegetal, quando necessária, é realizada com autorização do IDAF. Sem isso é impossível.

A fauna regional é predominantemente composta por espécies adaptadas a ambientes já alterados, típicas de áreas antropizadas e capazes de ocupar ecossistemas com diferentes níveis de perturbação.

Não foi achado nenhum animal em extinção e a fauna está bem adaptada a este ambiente.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Meio Socioeconômico

O empreendimento encontra-se instalado há várias décadas, operando de forma regularizada e continuamente fiscalizada pelos órgãos competentes. Apresenta histórico operacional estável, com adequado controle dos impactos ambientais.

Aspectos Positivos

O empreendimento constitui um importante polo produtor de brita, atendendo de forma contínua a cadeia da construção civil da Região Metropolitana da Grande Vitória. Sua localização estratégica favorece o escoamento da produção, inclusive para municípios do interior do Estado.

Com uma longa trajetória de operação e processos já consolidados, apresenta impactos socioambientais significativamente minimizados, destacando-se como o principal fornecedor de brita da região e desempenhando papel essencial na execução de obras públicas e privadas de diferentes portes.

O empreendimento encontra-se instalado há várias décadas operando de forma regularizada e continuamente fiscalizada pelos órgãos competentes. Apresenta histórico operacional estável com adequado controle dos impactos.

Aspectos positivos.

O empreendimento constitui um importante polo produtor de brita, atendendo de forma contínua a cadeia de construção civil da região metropolitana da Grande Vitória. Sua localização estratégica favorece o escoamento da produção, inclusive para os municípios do interior do Estado.

Com uma longa trajetória de operação e processos já consolidados, apresenta impactos socioambientais significativamente minimizados, destacando-se como o principal fornecedor de brita da região e desempenhando papel essencial na execução de obras públicas e privadas de diversos portes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O empreendimento gera aproximadamente 300 empregos diretos e cerca de 1.200 empregos indiretos, envolvendo atividades de transporte, comércio e prestação de serviços, contribuindo de forma significativa para a economia local e regional. Além disso, emprega 52 trabalhadores residentes nos bairros do entorno, sendo: 6 de Itanguá, 11 de Nova Brasília, 19 de Nova Valverde, 9 de Santana, 2 de Mucuri, 4 de Vila Independência e 1 de Gangaíba.

Sua localização em zona de transição rural-urbana contribui para a disponibilização de um insumo essencial com custos reduzidos.

O empreendimento é também um dos maiores contribuintes tributários do setor, com repasses expressivos de ISS, ICMS e CFEM. Esses recursos fortalecem a arrecadação municipal e beneficiam diretamente Cariacica, que recebe a maior parte das compensações financeiras pela atividade mineral.

Conclui-se que o empreendimento apresenta viabilidade ambiental e socioeconômica, com impactos controlados e monitorados, e benefícios significativos para o desenvolvimento regional. A atividade contribui de forma relevante para a geração de emprego, renda e arrecadação pública, além de manter práticas consolidadas de gestão ambiental.

O empreendimento gera 300 empregos diretos e 1.200 empregos indiretos, envolvendo atividades de transporte, comércio, prestação de serviço, contribuindo de forma significativa para a economia local e regional. Além disso, emprega 52 trabalhadores residentes nos bairros de entorno, sendo 06 em Itanguá, 11 em Nova Brasília, 19 em Nova Valverde, 9 em Santana, 2 em Mucuri, 4 em Vila Independência e 1 em Cangaíba.

Sua localização em zona de transição rural e urbana contribui para a disponibilização de um insumo essencial, a brita, com custos reduzidos.

O empreendimento também é um dos maiores contribuintes tributários do setor, com repasses expressivos de ISS, ICMS e CFEM. Esses recursos fortalecem a arrecadação municipal e beneficiam diretamente o município de Cariacica, que recebe a maior parte das compensações financeiras da atividade mineral.

Conclui-se, então, que o empreendimento apresenta viabilidade ambiental e socioeconômica, com impactos controlados e monitorados e benefícios significativos para o desenvolvimento regional. A atividade contribui de forma relevante para a geração de emprego, renda e arrecadação pública, além de manter práticas consolidadas de gestão ambiental.

Muito obrigada!

Estou à disposição!



A SRA. MEDIADORA – (CARLA ROCHA SOUSA) - Muito obrigada, senhora Tânia Evangelista.

Vamos lá, para alguns esclarecimentos que foram ditos no início da audiência pública. Nós informamos que todas as perguntas serão realizadas pelos senhores de duas formas. Vocês podem escrever opiniões, perguntas, questões maiores, caso não queiram falar no microfone; escrevendo essas perguntas e entregando para a equipe de apoio. Quem quiser falar ao microfone, que são as perguntas orais, precisa também procurar - qual o seu nome? - A Brunela, para fazer a inscrição em ordem. Por quê? Preciso que prestem atenção agora. Todos vão ter esse tempo. Prestem atenção nesse momento. As perguntas escritas chegarão à Mesa no momento do intervalo para o lanche.

As perguntas orais serão respondidas depois das perguntas escritas. Vocês podem direcionar ao IEMA ou ao Empreendedor ou à Consultoria, ou não precisam direcionar, nós daremos esse direcionamento.

Neste momento, eu informo que as inscrições para perguntas escritas e orais serão encerradas 30 minutos após o início do debate ou do retorno do lanche.

Teremos agora 15 minutos para o lanche, que será realizado na área próxima à piscina, e após 15 minutos, às 8h30min, nós retornaremos para o início do debate com as perguntas escritas.

Muito obrigada a todos por terem participado da apresentação.

8h35min nós retornaremos para o debate.

(A reunião é suspensa às 20h20min, e reaberta às 20h37min.)

A SRA. MEDIADORA – (CARLA ROCHA SOUSA) - Vamos retornar. 8h37min. Peço a gentileza que todos possam retornar para iniciarmos a segunda parte da audiência pública.

Na composição da Mesa, neste retorno, temos o Joder Torres do Vallis, responsável pela Coordenação da Mineração e também responsável como representante do IEMA. Daniel Moulin, Coordenador do Estudo, também convidado à Mesa. E como representantes do empreendimento e da consultoria, o senhor Loreto Zanotto e a senhora Tânia Evangelista.

(Tomam assento à Mesa os referidos convidados)



Informamos que ao terminar o tempo estabelecido de 30 minutos, após o início das discussões, novas perguntas não serão aceitas pela Mesa. São 8h38min, novas perguntas e inscrições orais serão recebidas até 9h08min. Peço à equipe de apoio ficar atenta ao horário, 9h08min.

São 8h39min e darei início à leitura das perguntas escritas encaminhadas. Peço ao senhor Franz que possa registrá-las.

Todas as perguntas escritas serão anexadas à ata e estarão disponibilizadas no site do IEMA até 10 dias após a audiência pública, que seria no dia 12 de dezembro.

Eu vou iniciar a leitura para respostas do IEMA e logo na sequência nós iniciaremos as perguntas direcionadas à empresa.

A primeira pergunta é do senhor Edgar Pedro Teixeira. Essa foi a primeira pergunta encaminhada à Mesa logo no início da apresentação.

Qual o prazo para concluir a atual licença para funcionamento? E qual a solicitação do novo prazo para licenciar a outra parte solicitada?

Essa pergunta, apesar de ter sido direcionada à empresa, senhor Edgar, ela é respondida pelo IEMA.

Senhor Daniel?

O SR. DANIEL XAVIER MOULIN – (IEMA) - Boa noite a todos. Inicialmente, a pergunta sobre o prazo para concluir essa questão da atual licença e a outra parte que a empresa pretende que seja licenciada. É importante a gente esclarecer que o licenciamento ambiental ele é feito em três fases. Então, a empresa só tem direito de fazer qualquer coisa da atividade dela, depois que ela recebe a última fase da licença. É como se a pessoa que vai tirar uma carteira de motorista; ela precisa primeiro passar por uma fase inicial, que faz a autoescola, depois ela faz uma prova teórica, depois ela faz a prova de direção.

Só depois que ela é provada em tudo isso é que ela pode dirigir um carro. A mesma coisa com licenciamento ambiental. Tem uma fase de Licença Prévia, tem uma fase de Licença de Instalação e depois tem uma fase que ela ganha a Licença de Operação. Só depois que ela ganha a Licença de Operação é que ela vai poder, efetivamente, fazer qualquer atividade na área que ela está pleiteando.

No momento que existe, é um requerimento. Ela fez um pedido junto com o IEMA e o IEMA está analisando e essa análise está em andamento e como essa análise está em andamento, a gente precisa também ouvir a comunidade a respeito desse pedido que a empresa fez para poder coletar a opinião, as manifestações da comunidade e do entorno.

Mas não tem nenhum martelo batido até o momento. A gente está em análise no requerimento de licença, isso está em andamento no IEMA. A gente não tem como dar um prazo definido para a conclusão dessa análise porque são muitas variáveis envolvidas. São muitos aspectos que têm que ser levados em consideração, inclusive, tem que ser levado em consideração as manifestações que foram recebidas daqui da audiência pública e vários outros aspectos que estão sendo levados em conta.

Mas essa licença vai sair, a partir dessa análise que está sendo feita agora, é a Licença Prévia, é a licença inicial daquela primeira fase que eu falei aqui no início. É um primeiro momento do licenciamento. Depois desse primeiro momento, a empresa vai ter uma fase de Licença de Instalação e depois ela vai ter a fase de Licença de Operação até ela continuar a operar.

Então, a partir dessa análise, vai ser feita uma primeira licença. Então, vai demorar ainda até ela ter a última fase da licença. Não vai ser de imediato, porque vai ter que cumprir essas etapas.

Acredito que essa informação já deu para ter uma noção sobre o que foi perguntado aqui do prazo para ela ter a licença para operar.

A SRA. MEDIADORA – (CARLA ROCHA SOUSA) – Sr. Edgar, não sei se a resposta foi dada, mas como analista do IEMA e também responsável pela análise, eu disse à frente, no início, após audiência pública, ainda existe a possibilidade de indeferimento ou deferimento. Os prazos não são exatos. Existe um processo longo.

São seis anos por lei, a validade.

Então, a pergunta, na verdade, Sr. Edgar, é quanto tempo a licença dá o direito à exploração? Sr. Daniel ou Sr. Joder? O Sr. Joder vai responder.

O SR. JODER TORRES – (IEMA) - Pessoal, é o seguinte. Ele hoje possui uma licença para trabalhar em uma parte da área que ele está pleiteando. É uma ampliação dessa licença. Essa licença que ele possui hoje para trabalhar nessa área, ele tem um pedido de renovação dessa licença que só será avaliado após a análise desse EIA-RIMA.

Não. Ela está prorrogada automaticamente. Isso aí é a legislação, gente. Ele tem um requerimento para renovar a licença que a gente está analisando o EIA-RIMA, porque dentro desse EIA-RIMA tem vários projetos para poder melhorar a condição da empresa.

Então, ela fica prorrogada automaticamente até a manifestação final do órgão. E a gente só vai avaliar essa renovação após a conclusão desse estudo de impacto ambiental que a gente está aqui hoje fazendo essa audiência pública para pegar essas opiniões de vocês. Então, a gente não consegue dar esse prazo e falar que amanhã a gente vai analisar isso, mês que vem a gente vai analisar isso.

A gente tem que concluir a análise desse estudo de impacto para depois a gente trabalhar a renovação dessa licença. Então, ela fica prorrogada, mas ela tem medidas de controle ali que estão sendo acompanhadas. Ela não está deixando de ser acompanhada, não. (Pausa)

Sim. Por isso que está tendo agora a audiência. Até então, a audiência pública é prevista no EIA-RIMA.

(...)

A SRA. MEDIADORA – (CARLA ROCHA SOUSA) - Nós vamos falar sobre isso agora.

Pessoal, eu não consigo registrar as falas de vocês agora. Eu não consigo registrar. Eu só consigo registrar as falas de vocês no momento das perguntas orais.

Eu não consigo registrar agora.

Eu entendi. Essa pergunta foi esclarecida quando a licença é renovada automaticamente.

A gente pode retornar a essa pergunta nas perguntas orais.

O SR. JODER TORRES – (IEMA) - A licença não foi renovada. Ela está prorrogada até a manifestação do órgão. A gente não fez a análise da área atual para poder propor novas medidas. Ela já foi renovada, mas ela está com o requerimento ainda em análise, aguardando o final da análise do EIA-RIMA, para gente então fazer novas proposições de condicionantes e medidas de controle aí. Então assim, ela não foi renovada, ela já foi renovada, mas já tem um tempo que ela tá prorrogada, aguardando a análise desse estudo que a gente tá finalizando a análise dele agora, para então a gente voltar a analisar o requerimento dele que está aberto. E aí a legislação fala, quando a pessoa faz o requerimento dentro do prazo, ele tem essa opção; opção não, a legislação traz que a licença fica prorrogada, a mesma licença fica prorrogada até a manifestação definitiva do



órgão. Ele tem que cumprir as condicionantes que lá estão, normalmente, continuar cumprindo todas as condicionantes. E a gente continua fazendo o acompanhamento dessa licença até a gente avaliar o requerimento que está em aberto.

A SRA. MEDIADORA – (CARLA ROCHA SOUSA) - João Pereira Neto, da Asiarfa, Rio Formate.

"Considerando que em 2022, a comunidade de Mucuri acionou a TV Vitória e protocolou o Ofício 010/2022. Questionamos sobre os seguintes problemas: Perfuração de rocha, risco de acidente humano, estrutura de imóveis afetados, volume de poeira suspensa, destruição de nascentes, Destrução de fauna e da flora. Não obtivemos respostas."

Essa pergunta será direcionada ao IEMA.

O SR. DANIEL XAVIER MOULIN – (IEMA) - Sobre essa pergunta da Asiarfa, então, nós acompanhamos nesse período que teve uma reportagem lá da TV Vitória, se não me engano foi do Cidade Alerta ou Brasil Urgente, teve uma reportagem realmente em 2022, por conta de um problema sério de poeira que tinha ido para o bairro Mucuri.

Agora, não recebemos, Só um minuto. A gente vai chegar lá. Foi mencionado também na pergunta aqui sobre um ofício que o IEMA não tinha recebido ele porque foi protocolizado na SEAMA, que é a Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Estado. A SEAMA só recentemente encaminhou para nós, já com a análise do EIA-RIMA em andamento. Nós estamos juntando as informações do EIA-RIMA para poder verificar com a empresa o que ela está fazendo em relação a esses impactos que foram elencados aqui na pergunta e também no ofício, para responder já com informações atuais aos questionamentos que foram colocados. Mas nada disso que foi colocado aqui tem passado despercebido do IEMA, o órgão mental tem acompanhado todos os aspectos que foram colocados aqui, de perfuração de rochas, risco de acidente humano, estrutura de imóveis, volume de poeira suspensa, destruição de fauna e flora e tudo mais, isso tudo é acompanhado pelo órgão mental. A gente sabe que a empresa ocasiona impactos. E a gente acompanha justamente para que esses impactos sejam tornados o mínimo possível. Alguns impactos que não é possível ser contornado, a empresa tem que fazer uma compensação deles, uma medida compensatória deles, o que acontece muito com a relação da flora ou com algum recurso hídrico que é afetado.



Se ela precisa envolver aquilo ou chegar perto de uma área que precisa vai sofrer algum impacto que não vai ter como contornar, ela vai ter que compensar numa outra área, fazendo plantio de reflorestamento, pegando uma área que hoje não tem floresta e transformando ela em floresta por meio de reflorestamento.

Isso é chamado de medida compensatória dentro do licenciamento ambiental. Mas tem outros aspectos que foram mencionados aqui que estão sendo trabalhados com medidas de controle. principalmente questão de poeira, da perfuração de rocha, o desmonte de rocha, os riscos de acidente. Isso vem sendo feito de maneira, num evolutivo, de maneira gradativa, foi fazendo cada dia mais aprimoramentos ao longo dos anos, porque a empoeiração da empresa é complexa, ela está numa área também que tem a sua complexidade natural ali do sítio onde ela está instalada, e o IEMA vem cobrando medidas para ela mitigar esses impactos.

Isso, claro, ainda não chegou no ponto ideal que o IEMA considera que deve ser atingido. Mas, apesar de não ter chegado ainda no estágio ideal que o IEMA entende que é o necessário, a gente continua exigindo da empresa ter essas melhorias, uma série de aprimoramentos já estão engatilhados para serem exigidos da empresa. A gente tem pedido para a empresa estudar formas de minimizar uma série de impactos, justamente de questão do volume de poeira suspensa, que é um dos itens que foi mencionado aqui.

E isso vai estar sendo cobrado agora nessa análise do licenciamento, esse aprimoramento, justamente porque a empresa está pedindo essa ampliação, apresentou esse estudo mais elaborado que é o EIA-RIMA, e a gente tem mais condição agora de visualizar o que precisa ainda melhorar, ainda ser aprimorado, e isso é uma condição para a licença sair, que a empresa faça o dever de casa dela. A empresa não vai simplesmente sair ganhando autorizações sem fazer o papel que ela precisa fazer com relação ao controle ambiental, o controle ambiental vai ter que ser aprimorado, vai ter uma série de melhorias ainda, e disso vai ocorrer dentro do processo de licenciamento.

Por isso que tem essas fases. A gente está numa fase inicial, no caso da ampliação, não da área que já está licenciada, mas no caso da ampliação que a empresa pediu, para uma área nova, ela ainda está numa fase inicial e por isso está sendo analisada agora. Para ela ampliar, ela vai ter que fazer o dever de casa dela e fazer alguns aprimoramentos. O IEMA não está fechando os olhos para isso, a gente sabe que ela ainda tem um caminho a

percorrer, ainda tem algumas coisas a melhorar até chegar num momento, numa situação mais ideal.

A SRA. MEDIADORA – (CARLA ROCHA SOUSA) - Sr. João Pereira, eu sei que a pergunta é extremamente complexa, nós temos aqui muitas perguntas complexas. O meu papel é, com todo o respeito, apresentar todas as perguntas, nem que para isso tenhamos que prorrogar mais 30 minutos de audiência pública, mas eu acredito que todas as dúvidas pormenores o senhor poderá tirar no momento, após a audiência, ainda com a equipe do IEMA, porque realmente é uma pergunta extremamente complexa.

Tudo bem? Posso seguir?

O ofício chegou ao IEMA.

Sim, o senhor Joder, ele quer falar de um protocolo que chegou à nossa Mesa.

Pode ser, senhor Joder.

O SR. JODER TORRES – (IEMA) - Pessoal, foi entregue aqui pra gente, a gente vai protocolar, vai fazer parte do processo e fazer parte da análise do EIA-RIMA.

Então, entregaram aqui um projeto, uma proposição. A gente vai protocolar no processo, amanhã, chegando lá no IEMA, já vou no protocolo, vai bater o carimbo de protocolo lá.

Só queria, por favor, de pegar o contato, porque não tenho contato. Porque aí depois a gente poder precisar falar depois, por favor, pode talvez escrever aqui atrás uma folha aqui, para a gente poder saber quem foi e poder entrar em contato para conversar alguma coisa, tá bom?

A SRA. MEDIADORA – (CARLA ROCHA SOUSA) - Ok. Muito obrigada.

Procurar tarefa de casa, o senhor Joder e retornar com o documento, com o e-mail, o telefone, o endereço, para que a gente possa encontrá-los de qualquer maneira.

Senhora Flávia Siqueira, algumas perguntas nós vamos respondê-las em grupo, porque são perguntas muito próximas, uma da outra, de acordo com o tema.

De acordo com a senhora Flávia Siqueira, ela tem uma dúvida e quer direcioná-la à empresa.

Se foram feitos estudos sobre a direção dos ventos da área da empresa até os bairros do entorno para mensuração do arraste da poeira?

E a senhora Elizabeth da Amovic.



Estão sendo observadas as técnicas de reflorestamento, plantio de mudas, hidrossemeadura, nucleação e enriquecimento, manutenção e monitoramento do reflorestamento.

A senhora Tânia Evangelista, consultora da empresa, irá responder a essa pergunta.

A SRA. TÂNIA MARIA EVANGELISTA – (CONSULTORIA) - Eu vou pedir a gentileza do responsável pelo estudo, Ricardo Rezende, responder.

Por gentileza, Ricardo.

O SR. RICARDO RESENDE – (CONSULTORIA) - Boa noite, pessoal. Foi feito o estudo da direção do vento. Predomina o vento norte-nordeste, que vem da região da BR-101 em direção a Mucuri. Velocidade média de 2m/s, o vento predominante. Feito o monitoramento das emissões atmosféricas em seis pontos, desde a montante até a jusante para a comunidade.

Quanto ao reflorestamento, já foi feita uma cortina vegetal de aproximadamente 400 metros de comprimento por 40 de largura, aí em cima do bota-fora, paralela à BR-101, que tem um projeto de se fazer um reflorestamento com nativas na região sul, próximo ao bairro Mucuri. Aí vai ser feita uma seleção de espécies nativas, priorizando pioneiras e espécies clínicas para que o desenvolvimento seja o mais adequado possível.

A expectativa é você plantar também espécies pioneiras para ter um crescimento mais rápido e dar condições no subir de boxes para as climax desenvolverem bem e com um porte alto. A escolha das espécies é importante para você fazer realmente ter vários estratos para fazer realmente um quebra-vento.

Ok? Respondido?

A SRA. MEDIADORA – (CARLA ROCHA SOUSA) - Senhora Elizabeth e Senhora Flávia Siqueira, o consultor conseguiu atendê-las? Sim.

Próxima pergunta, da Elisângela Gonçalves, da OSIMBRA.

Sou presidente da Associação de Moradores de Itanguá e Nova Brasília e queria saber com qual o canal de comunicação direto com a comunidade, que nós não sabemos?

Pode responder por esse microfone.



O SR. JOEL BARREIROS – (EMPREENDEDOR) - Elisângela, está aí?

Elisângela, boa noite. Meu nome é Joel, canal direto é o e-mail da empresa *brasitalia@brasitalia.com.br*. Eu vou receber o seu e-mail, vou ter o prazer de atender. Tempos atrás, eu recebi um e-mail da Osimbra, que era um antigo vereador de Nova Brasília, que não foi reeleito, e tinha uma outra moça lá. Eu fui até a Osimbra. Na época, ela estava alugando lá para fazer algumas coisas, para arrecadar o dinheiro. Eu estive lá com o vereador e uma sua colega.

Eu terei o maior prazer de você mandar o e-mail e eu ir até você, tá bom? Meu nome é Joel, tá bom? Vai pelo e-mail e o e-mail vai até a mim e deixa seu telefone, que eu farei contato.

brasitalia@brasitalia.com.br. Pode direcionar à minha pessoa, o Joel, tá bom? Terei o prazer de te atender.

A SRA. MEDIADORA – (CARLA ROCHA SOUSA) - Senhor Joel, tem algum telefone de contato?

O SR. JOEL BARREIROS – (EMPREENDEDOR) - Olha, pode fazer o contato por e-mail, porque eu vou, deia o seu telefone que eu vou fazer contato com você, porque o meu telefone é o pessoal, tá? Aí fica mais fácil eu entrar em contato com você.

Tem telefone, é 3246-0400. Só que o e-mail fica mais fácil, que vai ser direcionado direto para mim, tá bom? Mas o telefone fixo é 3246-0400, tá bom?

A SRA. MEDIADORA – (CARLA ROCHA SOUSA) - 3246-0400.

Nós não conseguimos registrar a questão do senhor. Eu peço que se inscreva na pergunta oral.

A comunicação.

Nós iremos, enquanto órgão ambiental, no novo requerimento de licença, exigir um Plano de Comunicação Social com canais variados, porque nós estamos em pleno século XXI. Nós temos Instagram, temos Facebook, temos outros meios de contato, WhatsApp.

Bom, vamos lá.

Temos duas perguntas muito parecidas. Senhor Ronilson Augusto Alves e da senhora Maria de Lourdes Vasconcelos. O senhor Ronilson é da Secretaria de Desenvolvimento. Perdão, senhor Robson, perdão. Mil desculpas.



Faço parte do licenciamento ambiental da Prefeitura Municipal de Cariacica e constato diariamente material da empresa, pó de brita, acondicionados na entrada da empresa próximo a BR-101. Quais medidas mitigadoras para essa situação?

Maria de Lourdes Vasconcelos, assessora da vereadora de Açucena.

Sobre as vibrações que causam rachadura nas casas, como funciona? Qual o estudo do IEMA e o relatório para orientar a sociedade?

Por que o Ministério Público e a Defensoria Pública não estão na audiência?

Essa pergunta para o IEMA.

Eu vou solicitar à senhora Maria de Lourdes a compreensão que a senhora Tânia vai responder, depois o senhor Christian, responsável pela mobilização social, representando tanto IEMA quanto a empresa, para que todos vocês estivessem aqui hoje. Eu exigi uma mobilização efetiva, também vai responder e depois eu vou responder, ok?

São perguntas que também vão acabar esclarecendo outras que também fazem parte desse mesmo rol.

A SRA. TÂNIA MARIA EVANGELISTA – (CONSULTORIA) - Eu vou responder a primeira pergunta sobre as pilhas, o material na entrada da empresa.

É feita a umectação com os caminhões-pipas, e os caminhões são lonados na parte de fora, essa umectação pega também até a BR. É dessa forma que é feito o controle.

Sobre a vibração, o quê? Desculpa, eu não entendi.

(Manifestação fora do microfone)

A SRA. TÂNIA MARIA EVANGELISTA – (CONSULTORIA) - Está sendo feito, sim. Toda a parte da empresa do lado de fora é umectada. **(Pausa)**

Só um minuto, gente. Eu fui questionada sobre o material na entrada da empresa. Se tem outro questionamento, por favor, dirija a mim, porque o que foi me questionado, eu respondi. Agora, sobre o pó na casa, é isso que vocês querem saber? Porque está misturando as coisas. **(Pausa)**

Onde é a residência da senhora, por gentileza? **(Pausa)**

(Manifestação fora do microfone)

A SRA. TÂNIA MARIA EVANGELISTA – (CONSULTORIA) - Senhora, eu não vou dizer que não é emitido poeira. Isso é impossível. Como qualquer outra mineração, não existe mineração sem poeira. O que eu vou dizer para a senhora foi o que a gente constatou nos estudos. Estão sendo... por gentileza, por gentileza, por gentileza, estão sendo feitas medidas, estão sendo intensificadas e ainda podem vir algumas sugestões do IEMA.

É isso que eu tenho para te dizer.

(Manifestação fora do microfone)

A SRA. MEDIADORA – (CARLA ROCHA SOUSA) - Essas perguntas estão todas na mesa, nós vamos abordá-las. Eu, mais uma vez, com todo respeito, as manifestações são muito, muito pertinentes, mas eu não consigo registrá-las se não for no momento do microfone. Tem muitas perguntas na mesa e nós vamos atendê-las, porque neste momento a pergunta foi relacionada ao que está no pátio de saída e entrada da empresa.

Com relação à comunicação junto ao Ministério Público, senhor Christian Senn.

O SR. CHRISTIAN SENN – (CONSULTORIA) - Boa noite. Meu nome é Christian Senn, da empresa BIS.

Então, nós fomos contratados para elaborar e executar um Programa de Comunicação Social específico para mobilizar a participação, não apenas popular, que se manifestou em forma eloquente nesta reunião, se não também as autoridades municipais e estaduais. Especificamente na questão do Ministério Público, protocolamos o convite para a doutora Bruna, que é a Chefe do CAOA do Ministério Público Estadual. No dia 19 de novembro passado, protocolamos no Ministério Público e, assim também, a Promotoria de Justiça também foi protocolado convite para o promotor da Vara do Meio Ambiente que é justamente a que compete a este processo de licenciamento.

Então, ficou registrado, protocolado oficialmente esses convites.

A SRA. MEDIADORA – (CARLA ROCHA SOUSA) - Sim. Lembra que eu coloquei para vocês que o relatório dessa audiência pública estará disponível no site do IEMA? Até o dia 12 de dezembro é um compromisso do IEMA disponibilizar o relatório com a cópia dos protocolos de todos os ofícios, assim como onde foram pregados os cartazes de publicidade,

as notas fiscais da moto de som; quando passou, que horário que passou, a rota que passou, porque vocês estão aqui hoje devido a essa mobilização. O Ministério Público teve ciência do nosso convite.

Isso não impede que vocês também possam registrar junto ao Ministério Público as demandas relacionadas a essa audiência pública. O Ministério Público é aberto para isso e tem um canal de comunicação na internet para isso.

Ainda, a pergunta que vocês fizeram, - senhor Loreto pegou? Que não estava respondida ainda, tem relação às vibrações que causam rachaduras nas casas e como funciona, da assessora da vereadora. O senhor Loreto Zanotto ficou de responder essa pergunta.

O SR. LORETO ZANOTTO – (EMPREENDEDOR) - Maria de Lourdes, quem é a senhora? A pergunta é da senhora? Sobre a rachadura?

Dona Maria, a gente tem que ser objetivo, a gente tem que ser objetivo, porque senão a gente vai se enganando. E lhe garanto uma coisa, na minha vida nunca enganei ninguém, nunca. Nunca enganei ninguém. Então, não vai ser agora que eu vou falar coisas só para passar o tempo, para cumprir tabela. A gente não está aqui, estamos aqui por cumprir a obrigação de licenciamento, mas estamos aqui, eu estou aqui na frente de vocês. Então, eu tenho responsabilidades, como sempre tive. Então, não vou falar inverdades, nunca, mesmo se, às vezes, o que eu ouvirem, talvez não seja o que realmente gostaria de ouvir. Tá bem? É o meu jeito de ser.

Então, com relação à rachadura, isso já tem essa pergunta e tem outras também. Eu quero ser muito claro e realista. Rachaduras em volta de uma mineração com uso de explosivo tem, vai ter sempre, sempre vai ter; rachadura não, vibrações, sempre vai ter, sempre vai existir. Só que existem normas que a gente tem que estar dentro dessas normas, existem limites. Então, nós temos que trabalhar dentro desse limite. A gente está aqui licenciado regularmente há muitos e muitos anos e temos que trabalhar dentro desses limites, dentro dessas normas. Eu garanto a vocês que as normas de vibração a Brasília são respeitadas com muita tolerância e muita folga. Se a gente fosse trabalhar dentro dos limites das normas, aí realmente posso garantir que as rachaduras, se já existem, seriam muito maiores, seriam muito maiores. Nós trabalhamos dentro da norma e muito distantes dos limites alcançáveis. Vocês podem ter certeza absoluta disso. Isso eu provo para

qualquer um que seja. A gente monitora uma hora de um lado, outra hora do outro, isso tem um monitoramento rigoroso. É controlado, fiscalizado pela ANM e pelo IEMA.

E a gente trabalha para reduzir isso. A gente sabe que mesmo dentro dos limites, isso gera incômodo, a gente sabe. Gera incômodo. Ah, estou dentro dos limites, então que se dane! Não. A gente tenta diminuir. Tanto é que, recentemente, conseguimos reduzir a carga de explosivo. Conseguimos reduzir, de uns anos pra cá, eu tenho certeza que quem mora aqui na frente, pode reconhecer que a nossa vibração diminuiu. Não tem como não falar. Eu não moro aqui, tô lá. Mas a gente sabe. Não estamos aqui brincando. A gente sabe.

Agora, infelizmente, alguma vibração, infelizmente, gente, tem que se conviver com ela, a verdade é essa, infelizmente. **(Pausa)**

Perfeitamente, é um direito seu de querer, perfeitamente.

Sim.

(Manifestação fora do microfone)

O SR. LORETO ZANOTTO – (EMPREENDEDOR) - Mas não cabe reparo dentro de uma situação? Não cabe, gente. Não cabe.

A SRA. MEDIADORA – (CARLA ROCHA SOUSA) - Temos mais perguntas direcionadas a ela.

O SR. LORETO ZANOTTO – (EMPREENDEDOR) - Bom, gente, com relação à vibração, com relação à vibração, a situação é esta. As vibrações estão dentro do mais absoluto controle limite.

Pronto!

O SR. DANIEL XAVIER MOULIN – (IEMA) - Pessoal, com licença, só uma parte aqui, só uma parte para complementar aqui o que o Sr. Loreto falou. Só um minuto. **(Pausa)**

Sim. Isso que é a questão. Só um minuto.

Eu gostaria de esclarecer aqui, porque de repente não ficou claro na fala do Sr. Loreto. É que existe, sim, uma norma, como ele falou, que é de Engenharia para falar de construção civil.

Então, cada desmonte de rocha no país que é feito com explosivo, foi estabelecido um limite, com base em técnicas e estudos científicos, qual é o limite que começa, a partir daquele limite, a causar comprometimento em construções de alvenaria.



Então, o monitoramento de determinada detonação, ela tem que ficar abaixo daquele limite como uma referência para começar a causar algum tipo de fadiga em condição de alvenaria. Isso é medido a partir do local que é feita a detonação, que a vibração no terreno, ela é sempre vai dissipando a partir do lugar onde acontece aquela detonação. Igual quando existe notícia no noticiário de terremotos que acontecem, eles chamam um lugar onde começa, se chama epicentro. Existe aquele epicentro e todo lugar que está afastado daquilo vai sentir muito menos aquela vibração, daquele tremor.

O que acontece no momento de detonação de rocha é uma coisa infinitamente menor do que um terremoto, mas existe a onda sísmica, que é medida com o aparelho que ele falou do monitoramento, que é um sismógrafo. É medida, aquela vibração no terreno é possível de ser medida. Mesmo ela fraquinha, é possível de ser medida. Mas se fosse uma vibração, uma vibração que causa comprometimento a construção de alvenaria, ela primeiro iria rachar as construções que estão perto da pedreira, todas aquelas lojas na beira do Contorno, todas as áreas ali que estão na beira da rodovia, iam rachar primeiro e para depois chegar nas casas do bairro.

Por isso que a gente tem que avaliar, o que foi colocado pelo senhor Loreto, é o seguinte, as medições mostram que aquela vibração não é a responsável por causar aquela rachadura, aquela rachadura que tem que ser investigada outras causas, de método construtivo da casa, da questão de fundação, de colunas, da forma, mas a vibração ela só vai causar algum tipo de afetação em construção de alvenaria se ela atingir aquele valor, aquela potência que é estabelecido pelos estudos científicos que foi registrado na norma.

Mas acontece que a empresa, no momento que detona, também causa aquele incômodo gerado pela detonação. Então é preciso equilibrar isso aí.

Nós já estivemos em algumas diversas ocasiões há mais de quinze anos...

Sim, nem em todas as residências a gente foi, mas já fomos em várias já.

(Manifestação fora do microfone)

O SR. JODER TORRES – (IEMA) - Por favor, aqui...

Não, não estamos protegendo não.

O seguinte, gostaria...

Penso falar? Tudo bem, aí vocês têm que contratar, porque a gente não vai contratar, é uma perícia.

Gente, olha só, o que a gente pode fazer é o seguinte, anotar, por favor, anotar o contato de vocês e a gente entra em contato. No dia da detonação, a gente entra em contato antes, porque eles são obrigados a comunicar a gente com antecedência à detonação. Então, a gente vai receber um e-mail, quando a gente receber o e-mail deles: Olha, amanhã ou daqui a dois dias vai ter uma detonação. Aí a gente vai entrar em contato com...

Gente, eles são obrigados a comunicar a gente as detonações, eles são obrigados e tem uma Condicionante, a gente não vai comunicar a empresa. O IEMA vai entrar em contato com a senhora e a gente pode marcar e ir lá no dia da detonação, na hora, vai estar lá na casa da senhora, ver como que está chegando lá, como está sendo sentido.

Então, assim, gostaria de chegar, que a senhora fosse ali no Apoio, passasse o seu contato. A gente vai fazer esse contato com vocês, assim que a gente receber o e-mail, e a gente vai lá para poder estar lá na casa da senhora no dia da detonação.

A empresa não vai acompanhar, vai só o IEMA, eles não vão saber quanto que vai ser, e a gente vai lá. (**Pausa**)

(Manifestação fora do microfone)

O SR. JODER TORRES – (IEMA) - Eu gostaria de que a senhora passasse o telefone, por favor, o contato ali no Apoio. A gente vai entrar em contato e no dia da detonação, a gente vai lá na casa senhora para poder a gente acompanhar de lá uma detonação; que é o que a gente pode fazer agora. Eles acompanham, mas a gente vai lá na casa de vocês e acompanham lá.

Então, assim, gostaria que vocês deixassem o contato, por favor, no Apoio. A gente vai lá. Com certeza, a gente não vai comunicar a empresa. A gente recebe o e-mail deles com a comunicação que eles são obrigados a mandar. Então, assim, para avisar quando vai ter as detonações e assim que eles mandarem, a gente entra em contato e a gente marca lá com vocês, para a gente poder ir lá e ver realmente como que está chegando isso lá na casa de vocês. É o que a gente pode agora fazer neste momento.



Então, por favor, o pessoal do Apoio ali, passa o contato, deixe o nome, o telefone para a gente poder marcar essa agenda com vocês e a equipe lá.

A SRA. MEDIADORA – (CARLA ROCHA SOUSA) - Eu quero responder sobre isso.

Olha que interessante, quando eu trouxe a importância da Participação Qualificada. Nós estamos num divisor de águas. A empresa tem uma licença operante hoje, com as realidades das solicitações de renovações, com as Condicionantes dessa licença. A empresa requereu uma nova área; isso não significa que serão as mesmas condições, porque nós estamos hoje, no ano de 2025, com uma séria curva de aprendizado enquanto órgão ambiental competente, onde visitamos tecnologias mais sofisticadas que outrora, em outros estados e, quiçá, em outros países.

Percebam que nós estamos falando de um momento que vai dividir a forma como a empresa trabalha, porque é uma nova área, uma nova licença, uma nova forma a partir da participação qualificada. Eu digo isso porque eu trabalho com as comunidades dentro do IEMA. Vocês estão, hoje, nos dando ferramentas para buscar soluções, porque nós somos um órgão ambiental competente para tal.

Todas as incursões e falas paralelas eu não consigo registrar, mas eu gostaria que vocês tentassem aguardar a resposta às perguntas que já estão registradas e às perguntas orais. Se ainda assim tiverem dúvidas não respondidas, eu estendo a audiência pública para mais 30 minutos, porque eu não vou conseguir alcançar as perguntas orais se eu não terminar as perguntas escritas. E todas as questões levantadas ainda estão nas perguntas escritas.

Eu aglutinei algumas perguntas escritas e vou pedir aqui ao senhor Loreto Zanotto para responder a pergunta do senhor Antônio Tadeu, da Associação Nova Valverde, sobre a doação de uma área para a unidade de saúde do bairro Nova Valverde.

Existe alguma possibilidade?

O SR. LORETO ZANOTTO – (EMPREENDEDOR) - Podemos estudar alguma coisa, dependendo da área, do valor. Podemos estudar alguma coisa; a gente tem feito com comunidades, atendido solicitações de algumas comunidades e nós podemos ver, dependendo, uma coisa para se pensar.

A SRA. MEDIADORA – (CARLA ROCHA SOUSA) - São questões muito detalhadas que talvez ainda a pergunta não contente, mas existe a possibilidade de estudar?

O SR. LORETO ZANOTTO – (EMPREENDEDOR) - Tudo é estudável. Acho que a demanda tem que vir e a gente vai ver a possibilidade. Acho que uma demanda de uma comunidade próxima, a gente nunca deixou de estudar.

A SRA. MEDIADORA – (CARLA ROCHA SOUSA) - Eu quero complementar pelo seguinte, pela pergunta paralela, se é um cala-boca.

Não tem nada a ver com a questão ambiental. A empresa precisa, e é muito comum hoje, vocês sabem disso, assumir responsabilidades sociais. Aquela empresa responsável socialmente que a gente escuta nos... Isso tem a ver com outra seara que não é ambiental, ok? Respondendo a essa pergunta.

A pergunta paralela se é um cala-boca, e não.

Não. Eu estou dizendo que isso não tem nada a ver com a questão ambiental, ok? É uma pergunta feita e eu coloquei dentro do rol.

Elisângela Gonçalves Silva, ela perguntou...

(Manifestação fora do microfone)

O SR. LORETO ZANOTTO – (EMPREENDEDOR) - Claro. Estamos aqui para fazer coisas que depois possa acontecer. Tudo o que falar aqui, qualquer promessa, tudo tem que acontecer no tempo certo, dentro da possibilidade. A gente tem que...

Qual associação você faz? Da Associação de Moradores. Pode, com certeza. Pode, pode. A gente pode na vida, coisas muito mais difíceis e problemáticas. Poder, nós podemos. Aí a gente depois vai ver o que pode fazer.

A SRA. MEDIADORA – (CARLA ROCHA SOUSA) - Tudo bem?

Eu tenho várias perguntas agrupadas.

Sim, é por bloco.

A Neiva Patrícia Souza Costa, presidente da Associação de Moradores. A Elisângela Gonçalves Silva, da Associação de Moradores de Itaguá e Nova Brasília. E do Francisco Dalben, também de Nova Brasília.

Questão ambiental.

A empresa.

Destruição da paisagem, Serra do Anil. Acabou com a flora e a fauna, inclusive destruindo as nascentes da região. O que a empresa pode fazer para mitigar isso?

Tem mais perguntas.

Quais os mecanismos de apoio para as comunidades atingidas pela poluição do ar e poluição sonora das comunidades atingidas?

Há perigo de rompimento dos lagos que surgiram dentro da região da empresa?

Qual a transparência da empresa em relação às comunidades afetadas que a empresa abre espaço para as comunidades?

Se a empresa abre espaço para as comunidades. E a questão de acesso às coisas que acontecem dentro da empresa, onde?

A Neiva também trouxe perguntas muito próximas.

Quais medidas de segurança estão sendo adotadas para garantir que não haja risco direto à saúde dos moradores?

De que forma a empresa Brasitália pretende mitigar os impactos ambientais como poeira ou poluição sonora durante o período de exploração?

Há algum Plano de Comunicação contínuo entre a empresa e os moradores para reportar problemas ou tirar dúvidas durante o período de exploração?

E a Elisângela trouxe também uma pergunta muito próxima.

Hoje, qual o sistema que a Brasitália opera para proteção do impacto no solo da Região 3?

Região 3, me ajuda? Nova Valverde. Nova Brasília é a área de influência do Estudo de Impacto Ambiental.



A senhora ainda quer complementar? Muito obrigada.

A empresa, se puder trazer algumas respostas.

O SR. LORETO ZANOTTO – (EMPREENDEDOR) - Bom, aqui, pelo que eu vi, estão falando de destruição da fauna, flora, essas coisas. Bom, eu vou dar, como disse, eu dou o meu parecer pessoal e de empresa. Eu conheci essa região, e deve ter gente aqui que conheceu, desde o final da década de 70. Na década de 70, este morro aqui na frente era um morro pelado, absolutamente, sem nenhum tipo de vegetação. Pena que não tenhamos foto, eu até tentei...

(Manifestação fora do microfone)

O SR. LORETO ZANOTTO – (EMPREENDEDOR) - Era pelado, sim. Era pelado, sim. Ali era pelado, não tinha vegetação nenhuma nesse morro aqui na frente.

Nenhuma. Eu conheci muito bem. Tinha, inclusive, até bairro Ceasa e bairro Modelo, moradores que moravam lá em cima. Não tinha.

Então, hoje, a vegetação que está dentro da área Brasitália foi constituída e se gerou no período de atividade da Brasitália.

O grosso é isso, a realidade é essa, gente.

Então, vocês me perdoem, eu não concordo com que a Brasitália tenha destruído as matas, fauna e também nascentes. Eu não tenho conhecimento de que nascentes tenha sido destruída.

Como? É de chuva.

(Manifestação fora do microfone)

O SR. LORETO ZANOTTO – (EMPREENDEDOR) - Como não? Gente, isso é água. Os lagos, me perdoem até reclamar de lago. Lagos, esses lagos foram constituídos pela empresa, através de represa, para... Como não? É água de chuva.

Que bica? Aonde? Eu não conheço. Eu não conheço nascente. Eu não conheço. Não conheço a área. Então, vou pedir pra uma hora você mostrar pra gente.

(Manifestação fora do microfone)



O SR. LORETO ZANOTTO – (EMPREENDEDOR) - Aonde? Aonde? Bom, dentro da área Brasitália, os lagos que lá estão foram formados pela empresa. E não tem nascente que alimenta eles. Não tem nascente.

(Manifestação fora do microfone)

O SR. LORETO ZANOTTO – (EMPREENDEDOR) - Bom, a gente sabe que ali tinham moradores que a empresa comprou e eles se mudaram. Tudo através de acordos excelentes, excelentes. Eu fiz todos pessoalmente. Todos fui eu que fiz. Todos.

Então, não vamos entrar, gente, se entrar nesse mérito, a gente fica...

Projeto de quê? Bom, a senhora sabe muito, porque eu não estou sabendo. Eu lhe garanto que...

Bom, gente, vamos lá. De qualquer maneira, a cortina vegetal da Brasitália hoje está muito maior do que era há muitos anos atrás. E a empresa trabalha para melhorar ela dentro do possível.

O SR. RICARDO RESENDE – (CONSULTORIA) - De novo, aqui, qual que é a pergunta? Você tem na área alguns remanescentes da flora que estão em estágio inicial e médio de regeneração. Tudo bioma mata-atlântica, floresta ombrófila, de encosta e terras baixas. A área - eu vou pegar as fotos, a área de 1970, a maioria da área era pastagem, com pouca vegetação abortiva, não tinha mata alta lá no alto, já foi suprimida, essa vegetação nativa já foi suprimida para produzir madeira na região.

Quanto à fauna, você tem a fauna associada a essa flora. Cobras na região de afloramento rochoso. Vai ter cobra na região da vegetação rupestre. Você tem na região...

Loreto, vou discordar. Você tem algumas nascentes que são barragens, a água mina próximo às barragens. Tem algumas nascentes mapeadas.

Mas aí é o conceito. Mas tem, existem corpos d'água, tem corpos d'água, você tem o córrego Piranema; Montanha ao norte, o Montanha e os dois drenam para o córrego Bubu. E todos esses córregos deságuam no Rio Santa Maria da Vitória, próximo ali.

Mas hoje tem barragens, nessas nascentes existem barragens.

É drenagem, aí você tem a drenagem da rodovia, você tem a drenagem pluvial do próprio empreendimento, existe drenagem.

(Manifestação fora do microfone)

O SR. RICARDO RESENDE – (CONSULTORIA) - Mas você tem as barragens, você tem as represas dentro da área.

O que é importante? Toda nova supressão de vegetação vai ter o acompanhamento e o resgate da fauna. Você tem que ter uma autorização para fazer o resgate da fauna junto ao órgão ambiental. Tem todo esse monitoramento. A região onde eu quero chegar, a área da mata já foi suprimida, já houve um corte raso em toda a região aqui. A vegetação está em estágio inicial e média de regeneração, são pequenos arbustos, a vegetação rupestre, isso tudo tem que ser compensado.

O SR. DANIEL XAVIER MOULIN – (IEMA) - Só um minutinho aqui para responder rapidamente sobre a questão ali que foi perguntado.

As nascentes, elas foram identificadas para o IEMA sim, até porque eles foram colocados no estudo, mas elas estão em áreas distantes da área que a empresa pretende fazer a intervenção dela.

Aí a gente verificou, inclusive, tem um distanciamento seguro para essas nascentes continuarem sendo mantidas. A gente fez a vistoria numa delas lá para o lado norte da área, da terrena da Brasitália, e elas continuam com o fluxo d'água, as nascentes continuam lá. Elas estão com pequenas barramentos, inclusive, formando tipo umas cacimbas, assim, que têm aquelas antigas propriedades rurais que foram adquiridas pela Brasitália, na parte norte da área.

Essas nascentes existem, então ficam perto da linha de alta tensão, que passa uma linha de transmissão de energia ali grande, e elas não foram afetadas no momento atual. Elas continuam em boas condições, mas nessa ampliação da Brasitália, elas vão ficar de fora da área que vai ser afetada. Vai ter uma margem de segurança em relação a esse sítio específico.

E sobre relação à supressão da vegetação, foi realmente a Brasitália, ela tem uma área que ela já tem licença e ela tem uma área que ela tá pedindo com esse pedido aí de ampliação. Na área que ela já tem licença, ela fez uma supressão de vegetação de Mata Atlântica em estágio inicial, como o moço falou, que teve autorização do órgão responsável, que é o IDAF, não é a IEMA que autoriza a supressão de vegetação, é o IDAF, dentro do Estado do Espírito Santo, que autoriza a supressão de vegetação.

Essa supressão, ela só pode acontecer com respeito à legislação florestal do Estado, que pede que tem que ser feita uma medida compensatória. A empresa, para ela remover vegetação de mata atlântica nativa, ela tem que fazer um plantio de reflorestamento em outro lugar. E isso, quem acompanha também é o IDAF, que é o órgão competente que autoriza essa supressão de vegetação.

Então, a empresa vai ter que fazer, junto ao IDAF, um reflorestamento em outra área para compensar essa área que ela suprimiu.

Isso, eu acredito, que também esclarece uma dúvida sobre as empresas. A empresa não faz simplesmente o corte de graça. Ela tem que fazer uma compensação, uma medida compensatória depois, que é acompanhada pelo IDAF. E o IEMA conhece a área que a empresa fez o requerimento e está atento a todos esses pontos que são sensíveis, principalmente em áreas que tem nascente e recurso hídrico. E isso está sendo levado em consideração.

A empresa não vai poder fazer o que ela bem quer. A empresa vai ter algumas coisas que podem ser restrinvidas em relação a ela.

O SR. EDUARDO SEGATTO – (CONSULTORIA) - Eduardo Segatto. Fui um dos consultores que realizou o Estudo de Fauna da região. A gente, como o IEMA comentou, qualquer novas ampliações da empresa que envolvem talvez áreas onde possa ter vegetação, aí que é o ponto que a fauna pode ser impactada.

Então, como medida que é de praxe, até o IEMA comentou, serão realizados resgates dessa fauna, com obtenção de licença e tudo mais.

E de modo geral, a fauna na região é já bastante impactada, já é uma área urbana, bem próxima. Áreas, como foi comentado aqui, a maioria são vegetações em estágio inicial, algumas em estágio médio, mais ao topo da mata. E qualquer intervenção será realizado e solicitado licenças e realização de medidas de resgate à fauna.

E é isso aí. E qualquer dúvida a mais, estamos à disposição.

A SRA. MEDIADORA – (CARLA ROCHA SOUSA) - Pessoal, algumas perguntas agrupadas que eu gostaria que a empresa respondesse de forma breve.

Vai falar.

Eu vou terminar em cinco minutos. Eu preciso da cooperação de todos.

A Lucimar Souza Ramos, da Associação de Moradores da Vila Capixaba, Amovic, pergunta,

A Brasitália possui algum projeto de médio a longo prazo para a realização de melhorias nos bairros do entorno?

Ela é agrupada com outras perguntas muito parecidas.

Acredito que é Marcelo, presidente da associação, Marcelo Blanchi, não sei. Não, porque a letra, mas é Marcelo.

Qual a possibilidade de criarmos um centro comunitário ambiental na comunidade de Mucuri, vizinho da Brasitália?

E a pergunta do Luiz Antônio Barbosa, da Amoban.

É possível construir um centro comunitário pela empresa?

Essas são as três perguntas que tratam de fortalecimento comunitário e apoio ao desenvolvimento territorial.

A SRA. TÂNIA MARIA EVANGELISTA – (CONSULTORIA) - Bem, gente, esse canal já foi aberto aqui pelo Loreto.

Eu acho que essas reivindicações, elas devem ser formalizadas e apresentadas para empresa, que serão analisadas e discutidas com as respectivas pessoas.

A SRA. MEDIADORA – (CARLA ROCHA SOUSA) - São duas coisas. Ouvidoria/IEMA, enquanto em IEMA, Participação Pública e Ministério Público. Os canais existentes hoje para a sociedade, dentro da Grande Vitória e do Espírito Santo.

Eu vou agora encerrar as perguntas escritas com um registro, ok?

Essas perguntas talvez não tenham sido perguntas, mas sim um registro simbólico, histórico, que vai ficar registrado em ata, por isso que eu vou colocá-la.

Essa pergunta é da Ângela Tuane Oliveira, do bairro Mucuri, e da, eu acho que a Gracina de Oliveira, também de Mucuri.

Primeiramente, quero saber qual é o benefício dessa empresa para o meio ambiente. Com desmatamento, poluição aos animais que ficam sem seu habitat e alimento e sem contar com os malefícios à população para os danos, são muitos. A



poeira é muito grande. Não tem uma pessoa que more no bairro que não tenha problemas respiratórios.

Tenho um filho, inclusive que tem asma e vive doente por causa da poeira. Já esteve entubado no oxigênio por causa de asma, tudo causado pela poeira.

Tenho um familiar que já teve um membro do seu corpo arrancado por uma pedra que veio da pedreira. O braço dele voou a metros de distância, sem contar com pedras que caíam nas casas.

Gracina trouxe a mesma colocação.

Sou irmã do rapaz que perdeu o braço. Nunca tive nenhum apoio desta empresa. Agora ouvi que é uma bobagem. É fácil, senhor palestrante, se fosse seu irmão? Peço um pouco de respeito, por gentileza, com nossa família, senhor!

Fica o registro e depoimento. São 9h47min.

Nós vamos dar abertura às perguntas orais. Como é que funciona? Para que a gente prossiga até às 10h e, se faltarem algumas pessoas para a resposta, nós vamos prorrogar por mais 30 minutos. Por que, Carla, por mais 30 minutos? Porque é o que está previsto em legislação. Todas as demais perguntas que não forem respondidas, eu peço encaminhar para o e-mail para que possamos dar a resposta até o dia 12 de dezembro.

Eu vou sentar agora, porque eu tô com a perna doendo. Nós temos os microfones da equipe de Apoio. Christian Senn, cadê a turma?

Os microfones já estão a postos. Vocês fiquem à vontade em escolher vir aqui ou então fazer do local onde estão para ficarem mais confortáveis.

O senhor, primeiro inscrito, Josimar Pereira do Nascimento, de Nova Valverde. O senhor tem 2 minutos para a formulação das mesmas perguntas e pode dizer a quem direcionar, e 3 minutos para a resposta.

(Manifestação fora do microfone)

A SRA. MEDIADORA – (CARLA ROCHA SOUSA) - Nós temos que cronometrar esse momento, porque se não respeitarmos as pessoas que estão aqui na frente perguntando e as pessoas que estão nesta Mesa respondendo.

Mas se as respostas forem diferentes?

Eu tenho que respeitar a nossa hierarquia.

Mas eu não posso discordar da lei. O que eu quero dizer a vocês? Todos nós temos muito a dizer, mas se formos objetivos... é a metodologia. Se formos objetivos, a equipe da Mesa, ou até mesmo os analistas do IEMA, podem responder de forma objetiva.

Não vai; como? (**Pausa**)

Eu tenho mais uma consideração. Eu não posso alterar a dinâmica, mas aqueles que se inscreveram e se sentiram privilegiados com as respostas, pode cancelar a inscrição.

Vamos começar. Eu peço a mesa apoio.

Nós temos 2 minutos para abrir o microfone e 3 minutos para abrir o microfone.

Vocês podem ser objetivos também, ok? Nós vamos prorrogar a audiência pública para mais 30 minutos. Oficialmente, falando agora, registrar a vinheta e nós vamos encerrá-la às 10h30min.

O senhor Josimar Pereira de Nova Valverde tem a palavra.

O SR. JOSIMAR PEREIRA DO NASCIMENTO - Boa noite a todos. Senhor Loreto Zanotto, tem 43 anos que eu moro aqui no bairro Nova Valverde, 43. Eu nasci aqui. Quando o senhor começou a colocar as bases aqui, eu lembrei de toda a minha infância. Infância essa, que eu subia a pedreira para pegar banana, mexerica, era um lugar rico, cheio. E aqui no bairro Nova Valverde corria IEMA, uma nascente que ainda corre até os dias de hoje, com água em abundância, porém contaminada, que vem de lá da pedreira. Isso é real aqui no nosso bairro.

Eu conheço tudo, eu vivo aqui, eu respiro o ar da pedreira Brasitália.

Muitos de Nova Valverde tem problema respiratório por causa dessa poeira. É feito a todos, pesquisa sobre a cobra, sobre a lagoa, sobre a ponta, a pedra, a explosão, mas nunca foi feita uma visita na casa de cada morador, para saber como é que está a saúde dele.

Nunca a Brasitália, eu fiquei sabendo dentro desse período de 43 anos, se fez algum investimento para alguma das nossas comunidades e se propaga aqui, pinéis bonito, dizendo sustentabilidade, dizendo que vocês estão preocupados com o social.



Botaram latas de lixo colorida, tudo lá tanto da Brasitália, mas nada dentro de alguma das...

Eu não vou finalizar ela aqui agora, vou finalizar a pergunta.

Não, eu só não falei minha pergunta; eu gostaria de falar minha pergunta.

Vou gastar cinco segundos pra me falar a minha pergunta.

Você começou bem a sua palavra aqui, você disse que agora está tudo em mudança, renovações, que nós podemos agora fazer renovações. Há renovações que as nossas comunidades, Nova Valverde, Nova Brasília, Santana, Mucuri, é que o senhor vai ter que fazer investimento nessas comunidades, sim; posto de saúde, investir em educação. Isso não é uma pergunta. Isso aqui é uma proposta da comunidade que o senhor vai ter que concentrar dentro dessa nova legislação que vocês estão criando.

Não é estudar, é implantar. Estudar pra depois vir de conversa fiada, a gente não quer balela mais. A gente quer que seja implantado isso.

A SRA. MEDIADORA – (CARLA ROCHA SOUSA) - O representante da empresa tem três minutos para falar.

Se todos tivermos essa dinâmica, a gente não vai sair daqui com respeito e participação qualificada. Desrespeitar as pessoas da Mesa, eu não admito.

O SR. LORETO ZANOTTO – (EMPREENDEDOR) - Bom, a empresa, eu entendo que dentro do bom senso, ela tem que realizar, fazer. Entre vizinhos, a gente tenta sempre ter uma boa política de vizinhança. Eu sempre procurei ter uma boa política de vizinhança. Se a gente causa algum dano, tem que reparar. Isso é uma lei da vida.

Você disse que aqui, poeira... Eu, na minha visão, dentro do monitoramento que a gente faz, discordo completamente que no bairro Valverde e aqui Santana sofra com poeira da Brasitália. Eu discordo, eu discordo, perdão.

Você, companheiro, você teve tempo de falar e foi ouvido. Por favor, e não vamos entrar nessa briga porque não é por aí!

(Manifestação fora do microfone)

A SRA. MEDIADORA – (CARLA ROCHA SOUSA) – Eu tenho autoridade nesta Mesa para encerrar a audiência pública.

São 21h58min, eu tenho autoridade nesta audiência pública para encerrar a qualquer momento devido à falta de respeito.

A participação, ela é pública, consultiva e democrática. Democracia se faz com escuta, não com gritaria, dos dois lados. Quem alterar a voz, a Mesa está autorizada a cortar o microfone e eu não vou dar direito à tréplica e não vou dar direito à resposta.

São 9h58min, eu peço para registrar a segunda pessoa, caso queira falar ainda. Eu não conheço, eu não consigo ler direito, mas é Giovani José de Oliveira de Mucuri?

Com a palavra, durante 2 minutos.

O SR. GEOVANI JOSÉ DE OLIVEIRA - Boa noite. Eu vou falar baixo, porque pediram para falar baixo, mas respeitando a todos e todas, é importantíssimo essa audiência pública, mas muitas vezes o que resta para o povo é gritar. Então, nós precisamos gritar e nossa voz precisa ser ouvida por meio de empresas que querem oprimir o povo, que já expulsaram moradores dos bairros Varejão e bairro Ceasa, porque a negociação era em forma muito desigual. Por isso que eles compraram, e muito dos moradores, muito dos moradores.

Se diminuir, eu estou falando, não precisa pedir para diminuir o som, a gente tem que falar.

Muitos dos moradores mudaram, venderam o lote inteiro e a maioria comprou meio lote. Eu falo porque eu sou morador do bairro Mucuri, morava no bairro Varejão, e lá tinha nascente, sim. A água do bairro Varejão era nascente lá de cima, onde a empresa hoje está destruindo. A empresa está destruindo. Só há destruição nessa empresa.

E aqui, para não terminar o tempo, o que eu quero proclamar o seguinte, que nós possamos formar um movimento de acompanhamento, de fiscalização e que o Ministério Público esteja presente nessas audiências. O convite foi muito tarde para o Ministério Público estar presente.

E outra coisa, nós precisamos que essa empresa dê todas as condições, todas as condicionantes, e nós queremos mais audiências públicas nos outros bairros afetados, porque nem todos os moradores podem se deslocar lá de Mucuri, lá de São Gonçalo, daquela região, para cá. Nós queremos que essa que essas audiências ocorram em outros bairros com a participação do Ministério Público e que nós formemos um movimento para acompanhar, para fiscalizar e não permitir que as nossas vidas, a vida do meio ambiente seja destruída por essa empresa.

A SRA. MEDIADORA – (CARLA ROCHA SOUSA) - Senhor Giovani, eu registro a sua colocação, mas tem pergunta? Eu entendi. Enquanto em IEMA, eu registro, acolho e será estudado a possibilidade de novas audiências.

A resposta está suficiente?

Quarta pessoa, Marcos Paulo Fonseca, o Marquinho e presidente da Associação dos Moradores de Santana.

O senhor quer falar? Ainda está presente?

O SR. MARCOS PAULO FONSECA - Boa noite a todos.

Pergunta para a empresa. Foi falado aqui em outras perguntas aqui, e a resposta é a mesma. Nós nunca tivemos resposta da empresa para nada, nunca fomos procurados pela empresa para falar sobre os impactos que a empresa veio causando ao longo dos anos e as dificuldades que os moradores tiveram com seus imóveis lá afetados.

Serviço social da empresa, se foi falado aqui que existe, nunca existiu. Santana nunca foi procurado, enquanto eu estou lá, porque eu sei, nós nunca fomos procurados por vocês. Qual o plano de trabalho de vocês e compensação para as comunidades? Isso nós deveríamos saber.

E outra coisa também, que seja criada, sim, uma comissão com representantes de todas as comunidades em torno da empresa, junto com o IEMA, para a gente fazer uma visita *in loco* lá da área. Porque o que acontece? O que se percebe aqui, pelo menos para mim, é que praticamente essa licença posta já está até dada. A gente está aqui só enchendo linguiça. Você está entendendo? Então, assim, nós não fomos consultados em momento nenhum. Nós fomos consultados aos 45 do segundo tempo de uma empresa contratada por vocês, fazer contatos rápidos com algumas pessoas, correndo.

O Ministério Público foi avisado em cima da hora.

Eu sou presidente de um órgão e, se chega alguma demanda para mim lá em cima da hora, eu não vou fazer presente, porque eu tenho outras demandas, e o Ministério Público é a mesma coisa.

Então, que sejam respeitadas as comunidades que, em momento nenhum, nós fomos procurados. A gente foi avisado agora que está acontecendo aqui, que vai ser feito, e aí? Nós não fomos procurados. E a presença do Ministério Público?

Então, assim, a gente vai exigir também isso aí.



A SRA. MEDIADORA – (CARLA ROCHA SOUSA) - Senhor Marcos, o IEMA acolhe a sua demanda.

A empresa tem alguma manifestação com relação às questões relacionadas à presença nas comunidades?

O SR. LORETO ZANOTTO – (EMPREENDEROR) - A gente tem se dirigido à comunidade na medida que a gente tem sido alguma solicitação, tipo de vibração, praticamente às vezes de vibração, principalmente aqui em frente à empresa, nessa área aqui; de vez em quando, não é, Joel? Existe realmente alguém que diz: *Ó, tá vibrando, a atenção foi alta, vibrou, isso aqui tremeu.*

Então, a gente tem se deslocado, tem feito um monitoramento regular disso.

Agora, realmente outras aproximações não têm se feito, não. Porque, na verdade, a gente entende que a gente não está realmente causando esse prejuízo. A gente entende, é o entendimento de cada um, tá certo?

Com relação, por exemplo, à parte de... Eu vou ser muito franco, vou abordar com relação à poeira e tal. Tem muita gente do Mucuri aqui, por favor, não tem muita gente? Então, com relação à poeira, a gente sabe que Mucuri é a região mais sensível da Brasitália. É a região mais complexa para se controlar, sabe? Por causa dos ventos, principalmente. A direção dos ventos predominantes, eles direcionam para aquela região. Ao contrário desta região que aqui estamos. Aqui é extremamente difícil ter poluição que venha da empresa. Não vou dizer que seja impossível. Não vou dizer, mas é muito difícil.

Eu vejo muito dentro da empresa, nos limites da empresa, a poeira que daqui vai para lá.

Sim, senhores; não é para rir, não. Me desculpem, eu estou dando minha... Bom...

A SRA. MEDIADORA – (CARLA ROCHA SOUSA) - A próxima pessoa é a senhora Patrícia Souza Costa, liderança.

Senhora Patrícia, eu não consegui entender o seu primeiro nome.

Ainda está presente?

A SRA. NEIVA PATRÍCIA SOUZA COSTA - Boa noite a todos. Muitos aqui me conhecem, mas eu vou fazer a apresentação. Meu nome é Neiva Patrícia, sou liderança do bairro Nova Valverde. Esse é o meu terceiro mandato, corrigindo aquela hora que eu tinha falado o segundo mandato. E a minha pergunta era baseada em cima da que o Marquinhos, presidente de Santana, já fez, em questão de quais a forma da empresa Brasitália ter uma



aproximação com as comunidades em relação a projetos sociais, devido que nossa comunidade é uma comunidade muito carente.

E a questão que eu acho que eu gostaria de ter uma resposta também, a possibilidade da empresa ter um contato com o DNIT, que é o órgão de competência, para a construção de uma passarela, tendo em vista que a empresa tem vários funcionários do bairro, tanto foram mostrados 19 funcionários, e o trajeto ali para a travessia é muito perigoso; não tem passarela, não tem sinalização nenhuma.

Vocês como empresa têm mais facilidade do que eu como associação, entendeu?

E, no mais, gostaria que fossem respondidas as minhas perguntas.

A SRA. MEDIADORA – (CARLA ROCHA SOUSA) - A pergunta é direcionada à empresa.

O SR. LORETO ZANOTTO – (EMPREENDEDOR) – A pergunta foi um pouco vaga. De qualquer forma, com relação à passarela, à DNIT e tal, a gente também não tem tanta interlocução. Aliás, não tem nenhuma interlocução com eles. É um órgão muito difícil. Mas eu entendo o seguinte, que juntos a gente pode construir, juntos a gente pode construir. Ter uma interlocução melhor, a gente pode construir muita coisa boa. Então, quando a gente se coloca na posição de conversar para construir, eu acho que tudo se ajuda. Quando a gente se coloca no confronto, apontando o dedo ou coisa assim, aí isso é uma coisa que distancia, sabe?

Então, posso lhe dizer que a disponibilidade da empresa, a empresa sempre teve disponibilidade, sempre conversou com as comunidades, na verdade, com as pessoas que procuraram. Desde o momento que uma associação também quer ter uma interlocução maior e maior, a empresa está disponível para estar junto e ver o que pode ser feito para construir alguma coisa melhor.

A SRA. MEDIADORA – (CARLA ROCHA SOUSA) – Obrigada!

Senhora Marcela Toes Torres, liderança de Nova Valverde.

Não, tem que ser no microfone, senão eu não consigo registrar na ata, por favor! Pode falar de onde a senhora está, não precisa vir à frente. Mas eu preciso do microfone.

A SRA. MARCELA TOES TORRES - Não é nem pergunta, porque eu acho que todas as perguntas já foram feitas, mas eu acho que um desrespeito com os próprios mandadores estiveram aqui, foi falado, foi falado, foi reclamado e não vai chegar em lugar nenhum, pelo que eu estou vendo.

A SRA. MEDIADORA – (CARLA ROCHA SOUSA) - Eu acolho o depoimento da senhora enquanto IEMA. A audiência pública é um processo dentro de algo maior. Nós temos a recomendação de todos aqui de ampliarmos essas audiências públicas para os demais bairros. Provavelmente, essa condição será atendida e, como mostrei, num fluxo complexo, a gente está na metade do processo. E o processo é longo. Eu espero que vocês consigam, nessas audiências públicas, qualificar ainda mais a participação.

Plínio Marcos, de Mucuri.

O SR. PLÍNIO MARCOS - Olá, boa noite a todos. É um prazer estar juntamente com vocês aqui, nessa audiência, juntamente com o pessoal do IEMA.

Eu quero pegar um gancho com o nosso amigo que citou o nome do antigo bairro Varejão, que eu acredito que muitos não conhecem, bem como o bairro Ceasa, que levou o nome da Ceasa aqui, ao diretor da empresa. Segundo ele, a empresa foi fundada em 1974, correto? Então, a pergunta que eu tenho é fazer o seguinte, quando a empresa Brasília surgiu, foi fundada, os dois bairros já existiam?

Não, ele já respondeu não. Beleza, não existia?

A partir do momento que a Brasília foi crescendo, foi se expandindo, então esses dois bairros surgiram. Aí chegou-se um momento que teve que indenizar os moradores devido ao progresso da empresa, correto?

Então, o que eu quero dizer é o seguinte, a pergunta que eu tenho a fazer para ele é o seguinte, com essa ampliação da empresa, há risco de moradores atualmente, agora, de indenizações desse avanço? Porque eu, por ser morador, eu era garoto, criança, eu ainda lembro do bairro Varejão, e eu não vou falar muito, não, porque tudo que ele disse é verdade, correto? É muito triste você deixar o seu laço, a sua casa que foi construída, apesar que foi negociado.

Então, o que eu tenho a dizer é somente isso.

A SRA. MEDIADORA – (CARLA ROCHA SOUSA) - A empresa vai responder?

O SR. LORETO ZANOTTO – (EMPREENDEDOR) – Sim. Bom, eu quero lhe parabenizar pela sua pergunta. Quero lhe parabenizar. Achei muito pertinente uma pergunta técnica, importante, muito importante para o dia de hoje. Acho que foi a melhor pergunta até agora, mais objetiva. Na época, as situações eram bem diferentes. Quando surgiu aquela situação, infelizmente, ou saía a empresa na época ou saía quem estava do lado. Havia

incompatibilidade total. Não tem como a pedreira estar aqui e o morador estar aqui dentro dela, porque aquela situação era insustentável.

Ali as coisas foram conduzidas para que chegasse no entendimento para quem realmente se deslocou de lá. A grande maioria saiu muito bem, saiu daqui, foi para Vila Capixaba, foi para lugares bons. Outros optaram para sair dali e se deslocar a 200 metros de distância. Mas é a opção de cada um. A gente não pode criticar.

(Manifestação fora do microfone)

O SR. LORETO ZANOTTO – (EMPREENDEDOR) – Não, exato. É a opção de cada um.

Claro, eu acabei de dizer, é a opção de cada um.

A SRA. MEDIADORA – (CARLA ROCHA SOUSA) - Nós estamos chamando o oitavo. A postura... Essa postura. Nós precisamos encerrar a audiência pública, senão eu não vou continuar. Dessa forma não.

João Menezes, Asiarfa.

Eu não consigo!

O SR. JOÃO MENEZES - Boa noite a todos. É um prazer estar aqui com esse pessoal solidário. Eu sou representante da Asiarfa, a Associação Intermunicipal do Meio Ambiente, há 23 anos. Em julho de 2022, nós gravamos uma matéria ali em Mucuri. Eu fiz um vídeo, nós temos nos arquivos, das casas das pessoas estouradas, piso solto com uma semana de feito. Eu gostaria de saber da Brasitália, se deu algum respaldo àquelas pessoas de Mucuri e de outros bairros também que sofreram as consequências.

O SR. LORETO ZANOTTO – (EMPREENDEDOR) – Bom, nós já conversamos sobre isso. Desculpe eu retornar na tecla.

Rachadura, piso que levanta, isso... Acontece em qualquer lugar, viu, companheiro? Acontece em qualquer lugar. Eu moro num prédio, num edifício moderno, e tem rachaduras no meu apartamento. Lá não tem pedreira, não tem ninguém. As rachaduras acontecem em qualquer lugar. Infelizmente, eu respondi, isso parece que eu quero tirar meu cavalinho da chuva. Não é. Rachaduras acontecem em qualquer lugar, assentamento de solo, sabe?

Infelizmente, nós só temos um meio de poder medir com o monitoramento que a gente faz. A gente tenta diminuir cada vez mais essas vibrações, independentemente se já estão baixas. Mais do que isso, a gente não consegue fazer, sabe?

Então, o efeito da rachadura ninguém pode provar que é por culpa de uma vibração. Não é porque ela acontece sozinha. Isso é técnico. Qualquer técnico vai lhe dizer, vai lhe confirmar isso.

Outra coisa, a construção foi feita dentro do cálculo, dentro da regra, dentro do projeto, dentro da execução, é outra coisa que também tem que ser vista. Então, é uma situação muito complicada.

A SRA. MEDIADORA – (CARLA ROCHA SOUSA) - Finalizado?

Senhor João Pereira, da Asiarfa.

O SR. JOÃO PEREIRA - Bom, uma boa tarde para todos e todas.

Diante do pouco tempo disponível, 2 minutos não dá para a gente falar tudo que é necessário, mas diante da importância de um órgão IEMA, nós já temos seis crimes que essa empresa praticou lá quando nós protocolamos ofício na SEAMA e na Prefeitura de Cariacica. Essa empresa é uma empresa criminosa. Seis crimes, ela já está aí registrado pelo IEMA. E a gente quer resposta desses questionamentos.

Nós protocolamos na Prefeitura de Cariacica, na Secretaria de Meio Ambiente do Estado. A empresa teve duas vezes ouvindo os moradores de Mucuri e a empresa nunca deu retorno. E nós não queremos parceria com empresários sanguessuga que explora o meio ambiente, explora os trabalhadores e quer continuar incluindo a comunidade.

Nós não estamos aqui para isso. A gente quer que o IEMA, como órgão cérebro, com funcionários concursados, coloque essa empresa no paredão e não permita mais que ela continue operando, enquanto ela não respeitar as regras e responder às comunidades do entorno.

Um grande abraço, sucesso pra nossa luta!

O SR. DANIEL XAVIER MOULIN – (IEMA) - Sr. João Pereira, sobre o ofício que foi para a SEAMA, eu gostaria de garantir ao senhor que vai ser feita a resposta para o IEMA, que as questões que foram colocadas lá, elas estão sendo levadas em considerações nesse licenciamento. Como a gente já mencionou, a empresa não vai ter carta branca para fazer o que quiser. O IEMA está cobrando dela muitos aprimoramentos, muitas melhorias, porque ela tem um longo caminho a percorrer para fazer, ela tem que fazer o dever de casa, porque essa relação com a comunidade vai ter que sofrer um aprimoramento.

Como eu já falei, essa licença que ela solicitou, ela está em análise, está em requerimento, e não necessariamente o IEMA bateu o martelo contra qualquer coisa. Nós

vamos analisar se é possível ou se não é possível. E isso, as contribuições todas que estão sendo feitas aqui vão ser levadas em consideração para ser feita essa decisão do IEMA.

E esse ofício vai ser disponível para vocês com essas informações novas que a empresa trouxe. Porque, como tinha ido para a SEAMA primeiro, chegou para o IEMA depois. Mas a gente está levando em consideração todas essas questões que vocês levantaram.

Sim. A empresa, com certeza, vai ter que melhorar bastante diversas medidas que ela precisa fazer.

A SRA. MEDIADORA – (CARLA ROCHA SOUSA) - Pessoal, uma questão de ordem. Eu vou precisar da atenção de vocês agora. Eu estou chamando a décima pessoa. Nós temos 17 pessoas inscritas, ou seja, nós temos 8 pessoas, são 22h22min. A audiência se encerra às 10h30min.

Eu peço encarecidamente de todas as respostas dadas neste momento, as perguntas orais e as respostas dadas, as perguntas escritas aos inscritos nas perguntas orais, alguma pessoa poderia abrir mão, para que algo que não foi mencionado até este momento possa ser respondido nesses 7 minutos? Porque eu ainda tenho que fazer um encerramento e preciso de 3 pessoas para assinar a ata, que não sejam as pessoas do IEMA nem da empresa.

Temos 8 inscritos. Eu vou falar o nome das pessoas e vou perguntar se pode abrir mão. Francisco Dalbem? Pode vir.

O SR. FRANCISCO DALBEM - Boa noite. Vou falar, assim, de cadeira, porque... Eu vim morar em Nova Brasília em 1969, e ela só começou em 1974. Então, eu conheço muito bem toda essa região e o que era. Então, eu estou ouvindo coisas aqui hoje que não são verídicas, para quem tem conhecimento do local.

Eu queria só perguntar assim ao pessoal do IEMA, porque nesses 50 anos, a questão da transparência, a gente não tem, as comunidades não têm dados, não têm informação. A empresa nunca se abriu para poder receber as pessoas, para conversar. É uma relação muito distante.

Então, é questão da transparência, para poder ter acesso a essas informações. E a gente sabe que o tema é complexo, é a questão do... Essa atividade é um impacto muito grande ambiental é recurso natural, estou pegando recurso natural, e vai gerar consequências.

Então, como ter uma relação mais harmônica nessa situação?

O SR. JODER TORRES – (IEMA) - Vou tentar ser bem rápido aqui, para sobrar bastante tempo. Questão de transparência.

Se deixar eu responder, aí eu vou tentar ser rápido.

Questão de transparência. Todas as denúncias que são feitas no IEMA, a gente responde. E também qualquer pessoa pode chegar lá no IEMA, fazer um pedido de vistas ao processo, que vai ter a vista ao processo. Assina lá o protocolo, o documento, e pode pegar o processo e olhar só ir lá fazer o pedido de vista.

E também, questão que a Carla até já falou, na análise que a gente está fazendo, sim, vai ser cobrado um Plano de Comunicação Social que seja melhorado o Plano de Comunicação ou implantado, que seja mesmo um Plano de Comunicação Social efetivo. Então, transparência. O processo é público, vocês podem ir no IEMA e obter vistas, e vai ser, sim, solicitada a empresa em plantação de um Plano de Comunicação Social.

A SRA. MEDIADORA – (CARLA ROCHA SOUSA) – Obrigada!

Adair José de Oliveira Heringer, gostaria de perguntar? Ok.

É a décima primeira pergunta. Eu gostaria que os demais inscritos realmente priorizassem uma resposta diferente, ou uma pergunta diferente. Por favor!

O SR. ADAIR JOSÉ DE OLIVEIRA HERINGER - Boa noite a todos. Meu nome é Adair, moro lá em Mucuri. A primeira coisa que eu queria falar aqui, todo mundo já falou a questão de poeira, de trinca, mas a resposta é pior do que vaselina para escorregar, porque não responde a gente.

E o que eu queria saber é o seguinte, fala que não polui, fala que não tem poeira, que não dá rachadura. Aí eu vi uma palavrinha chamada Estudo. E Estudo, pelo que eu sei, ele tem que ter dados. Por que que não divulga os dados do estudo? E o IEMA, eu queria saber do IEMA o seguinte, nós falamos aqui de animais, de planta, de água, mas quanto que o povo vai entrar na equação? Quando que o povo vai entrar na fórmula para resolver os problemas? Porque a gente está aqui sentindo que isso aqui não valeu de nada para nós. A impressão que cada um aqui tem é que isso aqui foi à toa, que a licença está liberada, que ela vai fazer o que ela quer e a gente vai ter que continuar sofrendo como a gente sofre. Isso aqui não valeu de nada para nós. A impressão que cada um aqui tem é que isso aqui foi à toa, que a licença está liberada, que ela vai fazer o que ela quer e a gente vai ter que continuar sofrendo, como a gente sofre.

A SRA. MEDIADORA – (CARLA ROCHA SOUSA) - Eu acolho a pergunta do senhor direcionada ao IEMA. O processo de audiência pública é um ato consultivo e democrático, onde todas as questões levantadas são acolhidas.

Em relação ao órgão ambiental divulgar o Estudo. Eu peço que o senhor mande uma mensagem para que eu coloque os estudos. O IEMA, ele tem no seu site os estudos ambientais da empresa. Está publicado no site aqueles mesmos estudos que estão ali naquela mesa. Eu envio ao senhor, eu envio a quem pedir, a quem quiser, porque eles são públicos. Só que no site, como qualquer site complexo, tem um caminho para encontrar esses estudos.

Esses estudos são todos, o senhor Joder respondeu, esses estudos são todos públicos, dentro do processo, pedindo vistas aos processos, o senhor tem todos os dados. E qualquer coisa que vocês protocolarem, pedirem no IEMA como informação, já responde para o Daniel, nós entregamos.

Senhora Catarina Siqueira Rodrigues ou Carolina, Carmélia, perdão, perdão.

Senhora Carmélia Siqueira Rodrigues, de Nova Valverde, por favor.

A SRA. CARMÉLIA SIQUEIRA RODRIGUES - Então, conforme ela já anunciou meu nome. Meu nome é Carmélia.

Então, como a senhora falou, meu nome é Carmélia. Quero dar o meu boa noite aos componentes da Mesa e a todas as pessoas presentes até o momento, porque muita gente já se foi, infelizmente. Eu gostaria que todos estivessem presentes até o final da reunião, porque tudo que é dito aqui é de extrema importância para nós todos. Então, eu gostaria de falar rapidamente a respeito da minha pessoa, para quem não me conhece, para quem é do bairro já sabe quem sou eu.

Eu fui conselheira titular da Região 3 por dois anos consecutivos, eleita pelo povo, lá na Escola Tefina, que é um trabalho muito grande no bairro, na região. E fui presidente do Movimento Comunitário Unidos de Nova Valverde, que encabeçou aqui a obra do asfalto e muitas outras coisas no bairro e na região.

E a minha luta é muito grande, conforme eu falei. Sendo que muito eu ouvi hoje, nós ouvimos, melhor dizendo, a respeito da empresa Brasitália afirmar, através de seu representante legal, que existe um canal de comunicação com as pessoas, com os moradores, com as comunidades do entorno, mas infelizmente essa não é a realidade. Porque em 2007, quando eu era presidente do Movimento do MOCOMV, eu oficiei

pessoalmente a Brasitália, questionando justamente sobre as consequências das explosões,
visto que eu moro aqui no bairro desde 1994.

Conforme eu já falei anteriormente...

A SRA. MEDIADORA – (CARLA ROCHA SOUSA) - Senhora Carmélia, eu acolho toda a
manifestação da senhora. A pergunta é realmente diferente?

Eu já respondi sobre isso.

Temos. Nós temos essa pergunta registrada.

Pessoal, eu preciso realmente acolher e interromper.

A questão das consequências relacionadas às rachaduras, às questões relacionadas
às explosões, à poeira, nós já respondemos da forma possível. Nós não temos uma resposta
diferente hoje.

Gente, vocês precisam ser objetivos na pergunta.

Pessoal, nós temos dois minutos. Senhora Carmélia, me perdoa, eu não posso mais
permanecer perguntando.

Pelo canal de comunicação apresentado, Senhora Carmélia, por favor.

Paulo Mattesi, Vila Capixaba, Senhor Paulo, tenta entrar na pergunta, ok?

O SR. PAULO MATTESI - Não é uma pergunta, é uma proposta. Eu quero ser bem
objetivo. Foram colocados aqui os bairros atingidos pela poluição, pelo barulho, enfim. Não
foi contemplado aqui o bairro Santa Cecília. Nova Brasília, Vila Capixaba, Santa Cecília está
no meio. Não foi contemplado.

Por favor, se for ter uma nova audiência, por favor, convidem a liderança do bairro
Santa Cecília e Dom Bosco, ok?

Quando eu falei, não fui eu na verdade, quando eu fiz a primeira pergunta, eu parei
logo e falei, ei, peraí, a primeira área tem uma concessão, por quantos anos ainda tem essa
concessão? Alguém sabe? Aí nós ficamos retrucando, aí vão renovando, sim, mas do jeito
que tá hoje, tem pedra pra quebrar durante quantos anos? Você estão entendendo?
Porque aí, a gente vai chegar, se tem pedra pra quebrar durante mais 50 anos, por que que
eu vou fazer concessão de mais 50? De mais 100? Espera! Tem tecnologia, tem
desenvolvida. Vamos esperar, vamos dar um tempo. Tá entendendo?

Outra, vocês falaram a questão de melhorar a comunicação. Top demais, top
demais! Só digo o seguinte, criem uma proposta de longo prazo de criar uma... Já foi a
minha volta.

O SR. JODER TORRES – (IEMA) - Bom, a questão da licença. A licença, se for renovada, caso siga, ela vai sendo, indo de pouco a pouco. Então, assim, tem hoje uma parte que ainda tem bastante coisa para explorar ali. Então, vai ser avaliado. Caso renovado, ele vai continuar atrapalhando aonde já está. E após isso, de tempos em tempos, de seis em seis anos, geralmente a licença sai para seis anos, ele tem que fazer a renovação. Mas isso não impede da gente fazer o acompanhamento e pedir todas as adequações necessárias durante a vigência da licença.

A SRA. MEDIADORA – (CARLA ROCHA SOUSA) - Com relação, senhor Paulo Mattesi, à inclusão do bairro Santa Cecília, nós acolhemos a sua recomendação.

Lourdinha Vasconcelos, assessora do mandato da vereadora Açucena. Senhora Lourdinha, a senhora já fez uma pergunta escrita. Tem que ser diferente agora, hein?

A SRA. LOURDINHA VASCONCELLOS - Primeiro, me solidarizar com os trabalhadores e trabalhadoras do IEMA que, no dia 30, estavam fazendo a caminhada de greve, reivindicando 30% de perda salarial.

Então, primeiro, para não ficar a impressão que isso daqui é só uma farsa e que esta audiência já dá como aprovada, porque a gente está com essa impressão, infelizmente. Então, sugiro outra audiência com a relatoria do IEMA, que hoje nós ouvimos a empresa. Nós queremos ouvir o IEMA, qual é a avaliação do impacto que a empresa apresentou.

Outra coisa, eu vou apresentar a vereadora Açucena para a gente solicitar uma audiência pública na Câmara de Cariacica, com o Ministério Público, com os Direitos Humanos, com órgãos ambientais também. saber se essa ata está disponibilizada com as falas na íntegra, para a gente ter acesso do que foi dito aqui.

O SR. JODER TORRES – (IEMA) - Muito bem. Bom, as informações da avaliação do IEMA vão estar disponíveis quando a gente elaborar o parecer técnico, que é a próxima etapa. A gente já fez uma análise prévia do que foi apresentado, a gente tem a audiência, agora a gente vai fazer a elaboração de um parecer com todas as considerações, levando tanto a parte do estudo quanto o que a gente recebeu de feedback aqui agora da população, recebeu de retorno de vocês.

A SRA. MEDIADORA – (CARLA ROCHA SOUSA) - E complementando os esclarecimentos, que é para todos, essa ata resumida será assinada hoje com a presença de três de vocês, que eu vou pedir solidariamente que fiquem para a assinatura, e a ata estendida com todas as falas e apresentações realizadas no dia de hoje até o dia 12 de



dezembro. A mesma data de acolhimento de todas as petições, protocolos e outras manifestações colocadas dessa forma, por e-mail ou pelo protocolo do IEMA aqui em Cariacica, que vocês sabem onde nós nos localizamos.

Senhor Luiz Carlos, líder comunitário de São Gonçalo.

O SR. LUIZ CARLOS - Boa noite a todos, eu sou presidente da Associação de São Gonçalo, da qual aqui não foi mencionado, falaram que é Piranema, mas não é Piranema. Eu moro atrás da pedreira, e atrás da pedreira ali, junto com o Mucuri, são os dois bairros mais afetados, são os bairros de lá.

Então, gente, o que acontece? Eu gostaria de deixar bem claro aqui que nós estamos saindo de uma COP30, onde está sendo discutido o meio ambiente universal em todo o mundo. E aqui não se faz diferente. Nós fomos com dois órgãos competentes aqui, que é o IEMA e é respeitado em todo o Estado. Eles não estão aqui à toa, não estou defendendo o Sr. Loreto, eu não estou defendendo o Iema, eu não estou defendendo ninguém. O que falta aqui é um conjunto e uma comissão de toda a comunidade e o intercâmbio entre a Brasitália e as comunidades, igual o irmão lá falou de Santa Cecília, para que venhamos sentar democraticamente, com elegância, e trocar uma ideia e chegar a um consenso. Porque se for através de gritaria, do jeito que várias pessoas aqui gritaram, nós não vamos chegar a lugar nenhum, não. E não adianta eu julgar o IEMA, que o IEMA está do lado da Brasitália, que é um órgão com compromisso com o meio ambiente. Todos sabem que o meio ambiente é um dos fatores promissores, não só para mim, mas para os meus filhos e todos os nossos familiares.

Se aconteceu no passado...

Eu gostaria de saber qual foi...

A SRA. MEDIADORA – (CARLA ROCHA SOUSA) - Nós acolhemos todas as falas e considerações e, nesse momento, nós vamos pedir ao senhor Rogério Cipriano Moreira, de Mucuri, e, logo mais, ao Luiz Barbosa, de Mucuri também, que são as últimas pessoas registradas na fala oral, e eu aguardo vocês para que eu possa dar o encerramento dessa audiência pública.

O SR. ROGÉRIO CIPRIANO MOREIRA - Pessoal, boa noite.

Ficou confuso esse momento, porque, na verdade, pelo que está posto, não é a renovação para que a empresa continue funcionando, mas é a ampliação da empresa. Porque não se trata de prazo. O IEMA não colocou aqui prazo, foi feita essa pergunta, não

colocou. para que se amplie. Aliás, já pegou uma boa parte do morro do Anil, que recentemente estava lá, a mata por cima, e já começou por lá. Mas ali tem toda uma biodiversidade ainda, tem as nascentes que nascem lá na antiga área do senhor Jair Pereira, A família dele, inclusive, pelo que a gente conversa, foi sondada para vender aquela área de lá também, por quem? Se é pela Brasitália, se não é, isso aí a gente não vai afirmar, porque a gente não sabe, mas tem essa questão também.

Então, se o lema fala em prazo, ele não coloca prazo, então a gente entende que, na verdade, é para ampliação.

O objetivo da audiência é somente comunicar, somente dizer, porque eu entendo que essa audiência precisa ser ampliada. O IEMA precisa ouvir as comunidades, ele precisa ouvir o impacto que tem na vida das pessoas e o Ministério Público também. As pessoas precisam ser indenizadas. Eu estou falando agora com o proprietário da empresa. Essas pessoas, e o senhor admitiu aqui, é importante que isso esteja registrado em ata, que tem um impacto, sim, na residência, na casa das pessoas. Então, essas pessoas seriam indenizadas por esses impactos, porque isso traz prejuízo para a maioria dos trabalhadores que vivem com salários muito baixos.

A SRA. MEDIADORA – (CARLA ROCHA SOUSA) - Sr. Rogério, por favor!

Senhor Rogério, com todo respeito, a gente precisa acolher todas as considerações colocadas e eu repasso a pergunta ao senhor Joder, porque a audiência pública tem uma relação e o processo atual já em funcionamento tem uma outra relação e isso tem que ficar claro a todos vocês que estão aqui hoje.

O SR. JODER TORRES – (IEMA) - Gente, uma coisa é o seguinte, a gente, a audiência, é pra tratar da ampliação. Vocês olhando ali, nos *banners*, tem uma área ali em azul, que é o que já está licenciado hoje. O que tá marcado em azul, ele já possui uma licença pra operar ali. A gente está tratando a expansão, que vai ser futuramente.

Então, a gente está no primeiro passo, lembra que tem três passos. LP, LI e LO. Nós estamos no primeiro. Aliás, nós não chegamos nem no primeiro ainda. Nós estamos avaliando dar o primeiro passo.

Então, a gente, apesar de vocês conhecerem os impactos, porque já existe uma operação no local, a gente não pode também ignorar isso, a gente está levando em consideração, porque o impacto já é conhecido, porque já existe hoje uma operação ali naquele local, que vai ser ampliada futuramente. Então, assim, o objetivo principal é tratar a



ampliação, mas, sim, vendo o que já está hoje em operação para melhorar e aperfeiçoar os controles.

A SRA. MEDIADORA – (CARLA ROCHA SOUSA) - Muito obrigada pelas considerações.

Sr. Luiz Barbosa, de Mucuri, é a última pessoa inscrita. Sr. Luiz, tente direcionar a pergunta.

O SR. LUIZ BARBOSA - Boa noite a todos. Todos aqui me conhecem, sabem que eu tenho até medo desse negócio chamado microfone, mas eu tomei essa coragem e incentivo também, a Amobam, a Associação de Moradores, na qual eu estou aqui representando hoje. Eu trouxe impresso um projeto que a gente elaborou com alguns moradores, não todos, mas alguns que apoiavam essa ideia, que é um Centro Comunitário Cultural Ambiental de Mucuri e Vila Independência. Por quê? Esse projeto está impresso, nós até apresentamos vocês, o IEMA, ao pessoal da Brasitália, ao Loreto, ao Joel, a todos aí que tiveram esse acesso agora. E a pergunta é, vamos tirar isso do papel e vamos ser um dos democratas? Vamos ser aquelas pessoas educadas de sentar e vamos construir ponte. Vamos construir educação ambiental. Vamos procurar, que aquela britinha que está na minha coluna da minha casa, ela tenha um endereço como aquele que foi achado lá no Egito, para aqueles faraós que perderam. Então, daqui a 100 anos vai ter uma história e eu quero fazer parte dessa história.

Eu só quero saber dos senhores do IEMA da Brasitália se tem como a gente tirar esse projeto do papel e vamos tocar isso para frente.

A SRA. MEDIADORA – (CARLA ROCHA SOUSA) - Obrigada, senhor, pela sua manifestação.

Eu gostaria agora de dar a palavra de encerramento pela empresa, o senhor, se pudesse responder à questão e dar o encerramento. E, na sequência, também, se o senhor pudesse responder, o senhor Joder, e dar o encerramento dessa audiência.

Antes disso, antes das respostas e encerramento deles, eu preciso dizer que serão recebidas manifestações adicionais por escrito sobre o empreendimento no IEMA e por meio do e-mail: *participacaopublica.iema.es.gov.br* até o dia 12 de dezembro, prazo final dos 10 dias úteis para manifestação.

Ainda solicitamos cinco voluntários participantes da audiência pública, cinco voluntários, não três, para assinarem a ata.



São 22h47min. E passarei a palavra ao representante da Brasitália para a resposta à última pergunta e, na sequência, para o senhor Jorge Torres do Vallis, responsável pela coordenação do setor de mineração e representante do IEMA.

Agradecemos a presença de todos e todas e consideramos encerrada esta audiência pública.

Boa noite e bom retorno para os lares de vocês. Eu agradeço com muito respeito a presença de todos e todas no dia de hoje.

O SR. LORETO ZANOTTO – (EMPREENDEDOR) - Bom, resposta ao Barbosa, conhecido antigo. Barbosa, eu volto a falar aquilo que eu já disse. A gente nunca se omitiu ao diálogo, você sabe disso, conhece a gente, tá? Então, a gente está aberto para conversar, ok? Agora, a gente, acima de tudo, quer buscar soluções para os problemas, não fazer política. O papel da empresa não é fazer política. A empresa é consciente que ela provoca, gera impacto, ela tem essa consciência, reconhece e se dispõe a trabalhar isso da melhor forma, para buscar soluções. Dentro dessa ótica, a empresa está aberta totalmente para buscar soluções que melhorem as condições de todo mundo, nossa e de quem está junto com a gente. Respondi?

O SR. JODER TORRES – (IEMA) - Em relação ao IEMA, o IEMA exerce um papel de mediador. Então, o que a comunidade traz de demanda, a gente, as demandas que são competências nossas, a gente absorve e passa para a empresa poder resolver; nem toda a demanda é competência do IEMA, mas o IEMA pode sim auxiliar, principalmente quando tem aí os conflitos com a comunidade, que é através do Plano de Comunicação Social, que a gente vai cobrar da empresa e ver essas ações que vão ser realizadas para a gente fazer o acompanhamento e o monitoramento de tudo que vai ser feito.

Então, o IEMA está de portas abertas a receber, a passar as informações. A gente não tem nada sigiloso, não tem nada a esconder, a não ser que tenha algum processo que tenha um sigilo industrial, aí a gente realmente vai ter que brecar aquela página ali onde tem alguma informação sigilosa, industrial, isso aí é lei, não é o IEMA, o IEMA tem que cumprir a legislação, não foi o IEMA que criou essa lei, mas fora dados de monitoramento, dos controles, o IEMA tá sempre disposto a passar, a receber, a conversar, Só chegar lá no IEMA, prédio 1, pode me procurar lá, quero conversar com o Joder, Coordenador do setor de Mineração aí. Se eu, por acaso, é bom às vezes até avisar antes, porque às vezes a gente tá numa vistoria e chega lá, eu não tô lá: *Pô, o cara falou pra vir e não tá aqui*. Não é, a



gente sai a campo fazer vistoria, então às vezes não vai tá lá, mas vai ter alguém pra atender, pode chamar o Daniel, o Daniel geralmente está lá no IEMA, então pode conversar com a gente, a gente está sempre disposto a atender, a gente não se nega a atender ninguém que vai lá no IEMA, até porque é o nosso papel como servidor público, a gente tem que atender a população.

E assim, agradeço a presença de todos, e mais uma vez falo, o IEMA está de portas abertas a passar qualquer informação que vocês precisem, pode procurar a gente lá no IEMA, quem está lá para poder atender a vocês.

Boa noite a todos!
